

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL APÓS A  
IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL**

Fernanda Dalila Pereira

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL APÓS A  
IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia (TCC).

**Por:** Fernanda Dalila Pereira

**Orientador:** Professora Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

**Área de Pesquisa:** Macroeconomia

Palavras – Chaves: 1 - *Spread* Bancário  
2 - Sistema Financeiro  
3 - Crédito

Florianópolis, julho de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir à nota 8,0 a aluna Fernanda Dalila Pereira na Disciplina CNM 5420 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Patrícia Fonseca Ferreira Arienti  
Presidente

---

Prof. Fernando Seabra  
Membro

---

Prof. Renato Ramos Campos  
Membro

## AGRADECIMENTOS

A toda minha família, pelo apoio e pela confiança que depositaram em mim em todos os momentos de minha vida, em especial, aos meus pais **Nilton** e **Dalila** e meu irmão **Fernando**.

A meu marido **Rodrigo**, pela compreensão e carinho que sempre demonstrou, mesmo nos momentos mais difíceis que passamos juntos.

À professora **Patrícia**, pelo conhecimento transmitido e pela orientação atenciosa, meu agradecimento e admiração.

Aos meus amigos, **Beatriz**, **Cleri**, **Sabrina**, **Juliano**, **Rafael** e **Antônio** pela amizade sincera e apoio que sempre me demonstraram ao longo desses cinco anos de universidade, e que guardarei para sempre com muito carinho.

Enfim, a todos os meus amigos e demais pessoas, que se fizeram presente e de alguma forma colaboraram para que este trabalho se concretizasse.

## RESUMO

Frente ao problema de alto custo e escassez do crédito no Brasil, este trabalho tem o objetivo de analisar a evolução do *spread* bancário das instituições financeiras no país e compreender, assim, os fatores responsáveis por este quadro que tanto dificulta o desenvolvimento social. Foi utilizado como fonte principal os estudos realizados pelo Banco Central do Brasil, publicados a partir do ano de 1999. Como resultado, esse trabalho demonstra que o *spread* bancário no país é influenciado tanto por fatores microeconômicos como fatores macroeconômicos. E no que diz respeito aos componentes do *spread* bancário nacional, podem ser reduzidos através da sua diluição com o aumento no número de operações creditícias, ou ainda, dependem da estabilidade macroeconômica e ações externas para serem diminuídos.

Palavras-chave: *Spread* Bancário. Sistema Financeiro. Crédito.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstrativo das Taxas de Juros Praticadas - Dezembro/2006 .....	27
Tabela 2 - Resumo: Juros Rotativos e por Atraso (% mês).....	28
Tabela 3 - Número de Bancos no Brasil (1994/2003) .....	38
Tabela 4 - Evolução da Composição do <i>Spread</i> Bancário do Período de fev/99 a ago/03 (%)	51

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crédito do Sistema Financeiro Nacional, em % ao PIB (Jan/90 a Fev/04).....	24
Figura 2 – Relação entre Créditos Livres e Juros Bancários no Brasil (out/96 a Fev/04).....	26
Figura 3 – Evolução do <i>Spread</i> Bancário Brasileiro (1994/2003).....	32
Figura 4 – Taxa Selic acumulada no mês anualizada (ago/1994 a dez/2003).....	33
Figura 5 - <i>Spread</i> Bancário no Brasil (jul/94 a out/03).....	49
Figura 1 – <i>Spread</i> Bancário e o Volume de Crédito (out/1996 a jan/2003).....	50

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BACEN** - Banco Central do Brasil

**COPOM** - Conselho de Política Monetária

**FEBRABAN** - Federação Brasileira das Associações de Bancos

**FGC** - Fundo Garantidor de Crédito

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**WEF** - World Economic Fórum



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>5</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1 Contextualização do Problema.....	9
1.2 Objetivos.....	10
<b>1.2.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>10</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>10</b>
1.3 Metodologia.....	11
<b>2 O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO E SUA ESTRUTURA.....</b>	<b>12</b>
2.1 O Sistema Financeiro.....	12
<b>2.1.1 A Evolução do Sistema Financeiro Nacional.....</b>	<b>17</b>
2.2 O Crédito.....	23
<b>2.2.1 O Risco de Crédito.....</b>	<b>24</b>
2.3 A Taxa de Juros.....	25
2.3 O Acordo da Basiléia.....	28
<b>3 O SPREAD BANCÁRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>31</b>
3.1 Definição do Spread.....	31
3.2 Os Fatores que Influenciam o Spread.....	32
<b>3.2.1 Os Fatores Microeconômicos.....</b>	<b>35</b>
3.2.1.1 A Concorrência e Concentração Bancária no Brasil.....	35
3.2.1.2 A Regulação Prudencial.....	40
3.2.1.3 A Assimetria de Informações.....	42
<b>3.2.2 Os Fatores Macroeconômicos.....</b>	<b>46</b>
3.2.2.1 As Incertezas do Ambiente Econômico.....	47
<b>4 A DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>49</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização do Problema

É fundamental o papel do crédito na economia tanto para as empresas quanto para os indivíduos. Para as empresas o crédito possibilita a elevação do seu nível de atividade e para os indivíduos facilita a obtenção de moradia e aumenta o consumo. O banco possui um importante papel como transmissor do crédito, à medida que é responsável por direcioná-lo na economia, tanto para consumo como para o investimento, favorecendo novos investimentos, que por sua vez, acabam fomentando a atividade econômica. Por estas razões, o papel do crédito bancário é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento econômico.

Partindo dessa constatação, de que o crédito é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento econômico, destaca-se a importância de se examinar os determinantes do *spread* bancário brasileiro, assim como, a sua evolução.

O *spread* é a diferença entre o custo de captação dos bancos e o custo cobrado por essas instituições quando elas concedem um empréstimo. A oferta de crédito é a base para os investimentos produtivos e seu encarecimento pode conduzir o país a um crescimento abaixo de seu potencial. Ressalta-se que o Brasil possui altos níveis de *spread*, e isso é interpretado como sinal de ineficiência do sistema bancário, resultando em efeitos negativos sobre a poupança e o investimento doméstico.

O *spread* bancário serve para cobrir os custos gastos com impostos, despesas administrativas, inadimplência, além de ajudar a compor o lucro das instituições financeiras.

Ele é uma variável importante em qualquer sistema financeiro e quando muito elevado gera restrições ao crescimento econômico, devido ao baixo retorno obtido nos depósitos e poupanças, além do encarecimento do crédito. O que, por sua vez, acaba desestimulando tanto o investidor quanto o poupador.

Convém ressaltar que no relatório de competitividade<sup>1</sup> do World Economic Fórum (WEF- 2006/2007), segundo Arruda, Tello e Araujo (2007), o Brasil ficou em 66º, devido ao péssimo posicionamento no ranking Macroeconômico (114º lugar). De acordo com eles, no

---

<sup>1</sup> O conceito de competitividade para eles refere-se à capacidade de uma economia de manter taxas de crescimento econômico no curto e médio prazo, gerando prosperidade para sua população.

relatório, o Brasil continua com problemas como, o alto *spread* bancário e o crédito escasso e caro. Esses resultados no relatório de competitividade, mostram o adiamento das medidas mais definitivas no que se refere à redução do *spread* bancário e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do país.

Este trabalho analisará o período após a implantação do Plano Real (1994). A economia brasileira com a implantação desse plano, ainda que a custa de alguns desequilíbrios macroeconômicos, saiu de uma situação de alta para baixa inflação e isso resultou em importantes mudanças no comportamento dos bancos, no que diz respeito ao volume de crédito ofertado e principalmente no nível de *spread* bancário.

## 1.2 Objetivos

### ***1.2.1 Objetivo Geral***

O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução do *spread* bancário no Brasil após a implantação do Plano Real (1994).

### ***1.2.2 Objetivos Específicos***

Em termos específicos pretende-se:

- Avaliar teoricamente a importância do sistema financeiro nacional;
- Analisar o comportamento do crédito na economia brasileira desde o Plano Real (1994);
- Analisar os componentes do *spread* bancário brasileiro a fim de mostrar quais os de maior impacto no período de 1999 a 2003.

### 1.3 Metodologia

Para alcançar os objetivos, geral e específico, o referencial deste trabalho foram os estudos realizados pelo Banco Central do Brasil de 1999 a 2003 ( uma vez que, o Banco Central começa a divulgar os relatórios a partir de 1999) e dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN).

A principal fonte deste trabalho foram os estudos realizados pelo Banco Central. O Banco Central do Brasil, para identificar e mensurar os determinantes do *spread* das instituições bancárias, partiu de dados obtidos de uma amostra composta por 17 bancos, em forma de médias no período de julho de 1994 a 1999. Após isto, foram feitos constantes aperfeiçoamentos nas fórmulas utilizadas no decorrer dos anos.

Foi feito também uma observação e acompanhamentos dos assuntos, estudos e pronunciamentos relacionados ao *spread* bancário, assim como, a comparação entre dados de períodos e fontes diferentes.

Estruturalmente, este trabalho apresenta cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve introdução contendo a situação do problema e os objetivos pretendidos; o segundo apresenta uma revisão teórica sobre o sistema financeiro e sua estrutura, analisando o sistema financeiro nacional e o comportamento da oferta de crédito brasileiro; o terceiro capítulo aborda os fatores que influenciam o *spread* bancário no Brasil, fatores micro e macroeconômicos; o quarto contém os componentes do *spread* bancário e sua evolução, identificando dentre eles o que tem maior impacto e, por último, o quinto capítulo traz uma conclusão do trabalho.

## 2 O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO E SUA ESTRUTURA

### 2.1 O Sistema Financeiro

De acordo com Carvalho (2000),

Sistemas financeiros são definidos pelo conjunto de mercados financeiros existentes numa dada economia, pelas instituições financeiras participantes e suas inter-relações e pelas regras de participação e intervenção do poder público nesta atividade (CARVALHO, 2000 p. 293).

Em outras palavras, o sistema financeiro pode ser visto como um conjunto de subsistemas, em que cada um é responsável por sua atividade, obedecendo a regras de relacionamento.

Dentre os principais objetivos de um sistema financeiro, podemos destacar os seguintes:

- Canalização dos recursos gerados pelas unidades superavitárias para as deficitárias, permitindo o uso mais eficiente dos recursos econômicos;
- Maximização de sua capacidade de crescimento e de manutenção do emprego e do bem estar da população;
- Organização e operação dos sistemas de pagamentos da economia, permitindo o funcionamento adequado dos mercados;
- Criação de ativos de acordo com o volume e o perfil, necessários para a satisfação das demandas dos poupadores por meio de acumulação de riqueza.

O modo como acontece a interação entre os tomadores e emprestadores de recursos forma a estrutura do sistema que o define:

Essas estruturas são, por sua vez, o resultado de dois conjuntos de influências. De um lado, encontramos os determinantes técnicos da atividade financeira, como o desenvolvimento de sistemas modernos de contabilidade financeira ou a possibilidade de aplicação de inovações tecnológicas desenvolvidas nos setores de comunicações e informática à atividade bancária e financeira. Esses fatores aumentam a eficiência com que operam os sistemas financeiros e acentuam eventuais vantagens que um tipo de estrutura possa ter sobre os outros, imprimindo uma tendência à homogeneização das estruturas financeiras. (CARVALHO, 2000, p. 249).

A estrutura do sistema financeiro varia conforme o tipo de contrato resultante da operação entre as partes envolvidas e da função exercida pelas instituições na elaboração desse contrato.

Os sistemas financeiros podem ser baseados em Crédito ou em Mercados de Capitais. Os sistemas financeiros baseados em crédito, são operações em que prevalecem as relações de crédito aceitas por indivíduos específicos, mas não são necessariamente dominadas por bancos comerciais. Em outras palavras, as transações são individualizadas. Ocorre a realização de um empréstimo resultante em obrigações que, a princípio, são intransferíveis e os contratos são moldados de acordo com a satisfação das partes envolvidas.

Já os sistemas baseados em mercados, de acordo com Carvalho (2000),

São aqueles em que a proporção significativa ou majoritária das necessidades de financiamento colocadas pelos agentes econômicos são satisfeitas através da colocação de papéis nos mercados monetário e de capitais. (CARVALHO 2000, p.296)

Nesse caso, as regras são mais genéricas e padronizadas, no qual alguns contratos podem ser negociados e, com isto, ganham liquidez. Mas em ambos os mercados ocorrem subdivisões de acordo com regras e necessidades distintas.

Segundo Carvalho (2000 p. 295), “as sociedades econômicas mais avançadas têm tendido a exibir estruturas financeiras onde o mercado de capitais cresce continuamente em importância como canal de circulação dos recursos em relação ao mercado de crédito.” Isso ocorre principalmente pela rápida expansão dos mercados de títulos, como acontece, por exemplo, com a economia americana, considerada uma das economias mais sofisticadas do ponto de vista financeiro, no qual possui um forte mercado de papéis, tanto de curto quanto de longo prazo.

Em paralelo a diferenciação entre os sistemas de mercado e de crédito, para Carvalho (2000), há uma segunda distinção a destacar: os sistemas financeiros segmentados e sistemas de banco universal.

Segundo Carvalho (2000, p. 301), os “sistemas financeiros segmentados são aqueles em que diferentes segmentos do mercado financeiro são operados por instituições específicas”. Por exemplo, as operações como tomada de depósitos e oferta de empréstimos de prazos mais curtos, são exclusivos de *bancos comerciais*, enquanto que a operação com papéis privados é exclusiva dos bancos de investimentos, que não podem captar depósitos à vista. Em outras palavras, são sistemas financeiros que operam por instituições especializadas, como é o caso dos Estados Unidos.

A outra forma de organização baseia-se na figura de banco universal, que de forma contrária, a princípio, são autorizados a realizar operações em todos os segmentos do mercado. O banco universal pode, por exemplo, fazer empréstimos tanto de longo como de curto prazo. O exemplo de um país que trabalha com essa forma de organização é a Alemanha. Na Alemanha, o banco universal pode operar tanto no mercado de crédito quanto no mercado de capitais.

Em um sistema financeiro existem várias instituições divididas em bancárias e não bancárias. Dentre as primeiras, uma das mais importantes é o banco, mais especificamente o comercial. Para Carvalho (2000, p.252) “Embora não exista uma definição universalmente aceita do que seja um banco, em contraste com outras instituições financeiras, define-se usualmente um banco como uma instituição depositária”.

Com isso nota-se que o banco comercial tem destaque devido à sua operacionalidade, como também devido à criação de depósitos à vista, no qual é repassado sob a forma de empréstimos, principalmente de curto prazo para os tomadores, tais como, empresas e pessoas físicas. Por isso, ele também é alvo de regulamentações e supervisões com o objetivo de preservar o sistema de pagamentos e manter sua solvência.

Segundo Carvalho (2000), os depósitos são diferenciados de acordo com sua maturidade:

- Depósitos à vista: podem ser resgatados a qualquer momento sem prévio aviso e sem nenhuma penalidade;
- Depósitos a prazo: só podem ser resgatados com datas pré-contratadas;
- Depósitos de poupança: podem ser resgatados a qualquer momento, normalmente após um prazo de carência inicial.

Entretanto, os depósitos podem ser concedidos sob duas formas, de acordo com o modo pelo qual são criados:

- Depósitos primários, que caracterizam o banco como intermediários de poupança, são criados quando uma pessoa resolve fazer uma aplicação em um banco sob a forma de depósitos sem nenhum aviso prévio. Para Carvalho (2000 p.270) “a criação de depósitos primários é exógena ao sistema bancário”.
- Depósitos secundários são resultados de operações do próprio banco, criados endogenamente pelo sistema bancário. Ocorre, por exemplo, quando um banco concede empréstimos e credita recursos na conta corrente do tomador. E os

receptores desses empréstimos, realizam pagamentos a outros, que por sua vez colocam parte deles de volta nos bancos, sob a forma de depósitos, os quais podem servir de base para a concessão de novos créditos.

De acordo com Carvalho (2000),

Depósitos são promessas de entrega de meio circulante. Se o público aceita essas promessas como substitutos perfeitos do próprio meio circulante, é possível criar depósitos mesmo sem se ter em caixa o meio circulante corresponde aos depósitos existentes. (CARVALHO, 2000, p. 270).

No entanto, como representam exigibilidades imediatas junto aos bancos, esses depósitos (secundários) representam um meio de pagamento semelhante ao dinheiro em cédulas ou moedas (moeda manual) que a população dispõe. Através de transferências bancárias on-line ou via cartões de débito ou mesmo da emissão de cheques, os débitos podem ser liquidados tão eficientemente como se tratasse de uma movimentação material de dinheiro entre as partes envolvidas.

De todo modo, as instituições bancárias têm a capacidade de "criar" moeda através do processo de multiplicação dos depósitos bancários. Os empréstimos concedidos pelos bancos dão origem a novos depósitos. Essa capacidade dos bancos denomina-se de Sistema de Reservas Fracionárias, isso quer dizer que, os bancos têm a capacidade de manter em caixa apenas uma fração de seus depósitos totais. Como a maioria da parte dos valores em depósito é dificilmente resgatada, os bancos podem operar na suposição desses passivos terem duração indefinidamente longa. Para Carvalho (2000 p.272), “essa característica dá aos bancos o privilégio de criação de depósitos para além de sua capacidade efetiva de resgate, dando origem ao multiplicador bancário”.

Decorrente dessa capacidade dos bancos de criar moeda, os governos de todo o mundo atualmente exercem um rigoroso controle do seu sistema bancário, através de bancos centrais, como acontece no Brasil.

Segundo Carvalho (2000), pelo fato de os bancos poderem criar depósitos, foram criados meios de coibir o abuso e conseqüentes crises de confiança, meios estes, como as reservas compulsórias que são impostas pelos reguladores (Banco Central). “A capacidade de um banco em conceder crédito, e os depósitos correspondentes, está, em principio, limitada pelas reservas de que dispõe, não da poupança do público”. (CARVALHO, 2000, p.271).

Por conseguinte, os Bancos, em especial o comercial, têm duas maneiras de conservar suas reservas: as reservas compulsórias que são obrigadas a manter junto ao Banco Central e as reservas excedentes que os bancos desejam manter para atender às necessidades de liquidez



inerentes à atividade bancária. No primeiro caso, as reservas podem oferecer algum rendimento, quando mantidas em títulos de alta liquidez, como papéis da dívida pública. No segundo caso, seria sob a forma de moeda em caixa. A única vantagem para o banco é que gera liquidez devido à sua disponibilidade, mas não rende juros. No entanto, na maioria das vezes, os bancos preferem ter em sua carteira títulos públicos, que rendem juros, ao invés de reservas bancárias que não são remuneradas.

É de fundamental importância salientar que os bancos são obrigados a depositar uma proporção de seus depósitos à vista no Banco Central que são os chamados depósitos compulsórios<sup>2</sup>, que servem de garantia contra eventuais demandas de saques bancários além do previsto. Tal fato constituiu-se como uma limitação para possíveis abusos de criar depósitos e evitar crises de confiança.

Entretanto, para Carvalho (2000), essa necessidade de reserva satisfaz a credibilidade do banco frente ao público, mas por outro lado, implica perda de lucros aos bancos pela impossibilidade de obter receita de juros sobre os empréstimos que poderiam ser realizados. O banco, portanto, enfrenta o dilema entre ser lucrativo, ou ser seguro para o público em geral.

Como destacou Hyman Minsky:

Bancos comerciais vivem sob a ameaça de ter que refinar suas dívidas todos os dias. Este risco, por sua vez, molda as escolhas de ativos do banco. É por sua causa que bancos comerciais mantêm reservas primárias e secundárias, evitam a compra de ativos de maturidade desproporcionalmente longos, e administram continuamente os riscos de crédito, mercado e liquidez que cercam seus portfólios. (MINSKY APUD CARVALHO, 2000, p. 269).

Vale destacar que um banco, principalmente o comercial, não sobrevive sem credibilidade. Sua existência depende de sua credibilidade perante o público, que se apóia na percepção de que os bancos serão capazes de honrar seus compromissos financeiros quando da necessidade de um resgate de recursos por parte do público. Segundo Carvalho (2000, p.256), “a operação eficiente e segura dos bancos passa a ser um interesse da sociedade e não apenas dos agentes diretamente envolvidos”.

Dentre os diferentes riscos corridos por este tipo de banco, os principais são o de crédito e o de liquidez. O primeiro está ligado à probabilidade de não pagamento por parte dos tomadores de crédito e utiliza um sistema de análise dos clientes e exigências de garantias. Já o segundo é medido pela perda esperada na venda de ativos e é controlado com a manutenção

---

<sup>2</sup> A Lei 4595 da Reforma Bancária estabeleceu que o Banco Central pudesse criar recolhimentos compulsórios sobre os depósitos das instituições financeiras.

dos prazos dos ativos e passivos equilibrados. Para tratar desse risco é necessário o acompanhamento os índices de liquidez da instituição.

Dado sua importância dentro do sistema financeiro, os bancos comerciais são regulamentados e supervisionados pelo Banco Central, que ainda é responsável pela emissão de papel moeda e também controla a liquidez da economia. Na verdade, é uma espécie de banqueiro dos bancos e por último é o regulador do sistema financeiro e depositário de reservas internacionais do país. Vale destacar que como banqueiro dos bancos, o Banco Central tem a função de *emprestador de última instância*.

### ***2.1.1 A Evolução do Sistema Financeiro Nacional***

O sistema financeiro atual foi estruturado na década de 1960 e gradualmente transformado, marcado principalmente pelo regime de alta inflação. O início dessa década foi assinalado por uma forte crise político-institucional que teve início com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, após oito meses de governo. Após a renúncia, em seu lugar, assumiu o vice-presidente João Goulart, sob forte oposição dos setores militares e políticos, em virtude de suas posições políticas de esquerda.

Como solução para esse impasse, o Congresso reformou a Constituição, alterando o regime de Governo, do presidencialismo para o parlamentarismo. Durante os três anos do governo de João Goulart, as medidas econômicas adotadas levaram à forte oposição de determinados setores, que culminou com um golpe de estado, em 31.3.1964 e sua deposição por forças militares, no dia seguinte.

Aliada à crise política gerada pelo Governo Jânio Quadros, sua política econômica, de atendimento às regras do FMI, restringiu o crédito e congelou salários, sem, no entanto, estabilizar a inflação. Logo após a renúncia, porém, o acordo foi rompido, reiniciando o ciclo de instabilidade econômica. As reformas de base foram postas em prática com o Plano Trienal, em 1963, que fracassou rapidamente. Sem apoio político, as reformas foram impossibilitadas, ampliando a crise institucional que vinha desde o início de seu governo.

A partir do Governo Castelo Branco, o objetivo era reformar o sistema econômico e modernizá-lo. Para isso, era necessário enfrentar a difícil situação econômico-financeira que vinha dos últimos meses do governo João Goulart, em que a tendência de alta da inflação

agravara-se ainda mais. Para isso, foi lançado o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), sob a responsabilidade dos ministros Roberto Campos (Planejamento) e Otávio Gouveia de Bulhões (Fazenda). O PAEG tinha como objetivo reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. Buscava-se controlar os gastos dos Estados, ao propor uma lei que proibia que eles se endividassem sem autorização federal. O programa alcançou seus objetivos nos anos imediatamente posteriores, reduzindo o déficit público e, gradativamente, também a inflação. Ao mesmo tempo, o PIB voltou a crescer.

No período entre 1964 e 1965, após o golpe militar, o sistema financeiro sofreu grandes transformações. No Sistema Financeiro nacional, veio à necessidade de maior movimentação de capitais e, sobretudo, de financiamentos de longo prazo. A partir de então, ocorreu à implantação da Lei do Sistema Financeiro Nacional ("Lei da Reforma Bancária"), em dezembro de 1964 e em julho de 1965 a Lei de Regulamentação do Mercado de Capitais, e com isso, foram estabelecidas à nova estrutura e as novas regras dentro das quais o sistema financeiro nacional deveria operar. O Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional passaram a determinar a condução da política monetária e de crédito no país.

Aconteceram mudanças também com relação aos sistemas financeiros privados, até então restrito à operação de bancos comerciais, instituições de poupança e companhias de financiamentos. Pretendia-se criar no país uma estrutura segmentada de acordo com o mercado dos Estados Unidos, sendo, então, definidos papéis específicos para cada instituição financeira:

- Bancos Comerciais, operar com o sistema de depósitos e empréstimos de curto prazo;
- Bancos de Investimento, promover o desenvolvimento de um mercado de capitais adaptado especialmente ao financiamento do investimento privado;
- Instituições de Poupança e Empréstimos, fomentar o financiamento do setor habitacional;
- Companhias de Crédito, de financiamento e investimento, promover os créditos específicos aos consumidores e;
- Corretoras e Distribuidoras de Valores, apoiar o desenvolvimento das bolsas de valores.

Mas, de acordo com Carvalho (2000):

Esse sistema começou a ser transformado pela ação de duas forças. Por um lado, lacunas legais permitiram que a segmentação pretendida fosse substituída pela conglomeração financeira. Por outro, a aceleração da inflação a partir dos anos 70

levou ao desaparecimento dos segmentos voltados para a oferta de crédito de longo prazo. Também a acumulação de desequilíbrios fiscais, especialmente resultantes da intensificação do processo inflacionário, acabou tornando o governo o principal tomador de recursos do sistema, distorcendo sua operação. (CARVALHO, 2000, p. 312).

Diante disso, em 1988 a conglomeração bancária foi reconhecida de direito, quando o Banco Central autorizou a criação dos bancos múltiplos.

O banco múltiplo é aquele que combina pelo menos duas carteiras de um conjunto de quatro, entre as quais as mais importantes são as carteiras de banco comercial e banco de investimento. A separação dessas duas funções é o fulcro sobre o qual repousa o conceito de segmentação. CARVALHO, 2001, p. 312).

Nos anos de 1990 o sistema financeiro nacional volta a passar por um período de importantes transformações. Segundo Carvalho (2000), o sistema financeiro passou a ser dominado pelos bancos universais que juntamente com a alta inflação e os desequilíbrios dela resultante, levou o sistema a especializar-se no financiamento do Estado, por meio da absorção de títulos da dívida pública, que rendiam elevadas taxas de juros e um alto prêmio de liquidez.

Nesse período, de acordo com Soares (2001), a economia brasileira foi marcada por uma instabilidade econômica, ocasionado, principalmente, pela alta inflação. Mesmo assim, os grupos bancários extraíram vantagens através dos ganhos com a arbitragem do dinheiro, que eram os altos ganhos proporcionados pelas transferências inflacionárias, o *floating* ( que foi uma importante fonte de recursos para os bancos). Os altos ganhos obtidos a partir do *floating* ocorriam porque a correção do valor dos depósitos bancários estava abaixo do valor da inflação.

As instituições financeiras aumentavam sua rentabilidade através da aplicação dos recursos provenientes dos depósitos à vista em títulos públicos com taxas de juros elevadas. Assim, a política da dívida pública continha o crédito e os juros das operações de crédito aumentavam, acompanhando o comportamento das taxas de juros dos títulos da dívida pública.

Com a alta inflação, segundo Aronovich (1994) o diferencial cobrado por estas instituições entre as suas taxas de captação e aplicação de recursos, o denominado *spread* bancário, era extremamente alto. Isto porque a instabilidade de preços impunha a necessidade de incorporação de uma margem de segurança nas operações de empréstimos de maneira que protegesse estas instituições de movimentos imprevistos da inflação.

Com a implantação do Plano Real e a estabilização de preços em 1994, os bancos nacionais perderam os ganhos inflacionários (arbitragem). A economia passa a viver um

período de estabilidade econômica, sendo assim, a estrutura operacional dos bancos, teria que se ajustar a um novo contexto de forma a recompor a perda de lucratividade. O fim da inflação acabou por forçar um profundo ajuste nos bancos brasileiros. Neste ajuste podemos destacar três fases. Em um primeiro momento verificou-se uma forte elevação nas operações de crédito, devido à busca, pelos bancos, de um modo de compensar a perda com o fim da inflação e também a instalação de um quadro de otimismo juntamente com uma melhor previsibilidade acerca do comportamento dos preços relativos na economia. No segundo momento, verificou-se, junto com a forte elevação dos índices de inadimplência, graves dificuldades no sistema bancário, o que levou o governo a adotar várias medidas, das quais a mais popular foi o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER). Enfim, a terceira fase pode ser caracterizada pelo processo de fusões, aquisições e, principalmente, pela entrada de algumas instituições estrangeiras.

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) <sup>3</sup>, teve o mérito de permitir a retirada organizada das instituições insolventes do mercado financeiro. Seu objetivo principal foi o de assegurar a liquidez e a solvência do sistema, resguardando os interesses de depositantes e investidores.

Essa primeira fase do processo de ajustamento por que passaram os bancos nacionais, aproveitando-se da expansão abrupta dos depósitos que ocorreram com a estabilização de preços, aumentaram suas operações de crédito no país. Segundo Corazza (2000), esse crescimento significativo nos depósitos bancários que ocorreu nesse período foi, principalmente, devido ao aumento de credibilidade na economia doméstica, em decorrência da estabilidade econômica, tendo como conseqüência a elevação na demanda por operações de crédito. Tanto o público em geral como as empresas passaram a demandar mais crédito para o consumo e investimento respectivamente.

De acordo com Barros (1996), os depósitos à vista cresceram 165,45 nos primeiros meses do Plano Real, e os depósitos a prazo cresceram cerca de 40% para o mesmo período. (BARROS, 1996). Em seguida, o governo com medo que essa rápida expansão do crédito causasse um crescimento exagerado do consumo ameaçando a estabilização dos preços conquistada, adotou medidas para restringir o mercado de crédito. Para Cerqueira (1998), essa expansão do crédito ocorreu após uma demanda reprimida causada por quase duas décadas de inflação elevada. O público em geral passou a demandar mais crédito para o

---

<sup>3</sup> O PROER foi criado pela Medida Provisória número 1179/95.

consumo, do mesmo modo que as empresas passaram a demandar maior volume de crédito para investimentos, segundo Corazza (2000).

Diante desse comportamento apresentado pelos bancos nacionais, os quais adotaram uma postura mais ousada, expandindo o crédito no intuito de compensar a perda das receitas inflacionárias. Segundo Barros (1996), o Banco Central estabeleceu uma rigorosa política de controle destas operações através da elevação dos depósitos compulsórios sobre depósitos à vista, passando de 48 % para 100% e sobre os depósitos de poupança passando de 10% para 30%.

Para Soares (2001), as autoridades econômicas da época o crescimento exagerado do crédito podia ocasionar um também crescimento exagerado do consumo ameaçando assim a estabilidade dos preços.

Na segunda fase do processo de ajustamento, que aconteceu no segundo semestre de 1994, houve um aumento da inadimplência devido à mudança da política econômica, fragilizando diversos bancos. Enquanto isso, os grandes bancos mantiveram juros e *spreads* elevados para compensar os maus resultados da carteira de crédito.

Segundo Soares (2001),

Apesar do crescimento das operações de crédito compensarem, em parte a perda do float, esse crescimento ocorreu sem os devidos cuidados quanto a capacidade de pagamento dos novos e antigos devedores. Assim a solução de expandir rapidamente o crédito como forma de compensar a perda do float ocasionou novos problemas. (SOARES, 2001, p. 8).

Na terceira fase do processo de ajustamento, em 1995, outra mudança relacionada ao setor bancário foi a abertura do mercado doméstico bancário às instituições financeiras estrangeiras. Estas instituições entraram no Brasil adquirindo bancos domésticos, principalmente os que estavam passando por dificuldades. Acreditava-se em geral que os bancos estrangeiros eram mais eficientes que os nacionais, afetando positivamente o mercado do ponto de vista macroeconômico.<sup>4</sup>

De acordo com Freitas (1997), além disso, o governo brasileiro facilitou a entrada de instituições estrangeiras<sup>5</sup> como forma de fortalecer o sistema e aumentar a competitividade entre os participantes e também promover a modernização do sistema financeiro nacional. As autoridades governamentais acreditavam que a entrada dessas instituições no setor doméstico

---

<sup>4</sup> Alves (2002) justifica esse argumento utilizando a hipótese ortodoxa de que bancos mais eficientes em termos microeconômicos (quanto a custo para oferecer serviços) levariam a melhores resultados do ponto de vista macroeconômico (com a expansão da oferta de crédito e de serviços financeiros).

<sup>5</sup> A autorização para que os bancos estrangeiros se instalassem no Brasil veio através do decreto presidencial em 08/08/1995, com a entrada do primeiro banco estrangeiro, o banco holandês Rabobank Nederlands.

fosse uma estratégia positiva e favorável, podendo assim solucionar as principais deficiências do mercado bancário, que eram os problemas com *spreads* e custos elevados em relação aos padrões internacionais. Acreditava-se que a entrada dos novos concorrentes estrangeiros poderia contribuir para que viesse a ocorrer uma diminuição gradual do *spread* bancário, através de melhores técnicas de redução nos custos, pois os bancos estrangeiros, em médio e em longo prazo, teriam vantagens de economias de escala <sup>6</sup> que poderiam promover uma redução de seus custos, o que levaria a uma redução no *spread* devido a esses ganhos de escala.

A transição para a estabilidade foi ainda dificultada pelos impactos da crise mexicana de 1994/5 <sup>7</sup>. O contágio da crise mexicana levou a uma forte fuga de capitais da economia brasileira, forçando o Banco Central a elevar drasticamente a taxa de juros, já que o desmantelamento dos controles de capitais no início da década de 1990 havia deixado a economia brasileira totalmente exposta a choques na conta de capitais. Diante desse quadro o Banco Central adotou medidas excepcionais de controle monetário e esfriamento da economia.

Os meses que se seguiram, em 1995 e 1996, foram de tensão no setor, aliviada pela criação do Programa de Financiamento de Reestruturação do Setor Bancário (PROER), pelo quais bancos saudáveis obtinham facilidades para adquirir bancos problemáticos. O programa, apesar das críticas que recebeu, foi indubitavelmente eficiente para facilitar a adaptação do sistema bancário à estabilidade de preços e evitar a ameaça de uma crise bancária.

Entretanto, os bancos conseguiram manter suas margens de lucro em 1995 e 1996, segundo Alves (2002), principalmente ao direcionar seus ativos para operações com títulos públicos, pois o retorno da dívida pública era muito atrativo.

Contudo, a conclusão é de que após o Plano Real, com a estabilidade proporcionada os bancos perderam as receitas das transferências inflacionárias e compensaram essa perda de renda pela expansão das operações de crédito. Entretanto, os volumes maiores de crédito na economia poderiam provocar o recrudescimento inflacionário. Por isso foram adotadas as restrições quantitativas (os compulsórios elevados) <sup>8</sup>, as quais deveriam permitir o controle do

---

<sup>6</sup> Economia de escala é aquela que organiza o processo produtivo de maneira que se alcance a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, buscando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços. Ela ocorre quando a expansão da capacidade de produção de uma empresa ou indústria provoca um aumento na quantidade total produzida sem um aumento proporcional no custo de produção.

<sup>7</sup> Vale destacar que o declínio da inflação foi interrompido após as crises internacionais ocorridas no México em dez/94; na Tailândia em dez/97; na Ásia em ago/98 e na Rússia em jan/99.

<sup>8</sup> Em 1994, o recolhimento do compulsório sobre depósitos a vista passou de 48% para 100%, e sobre depósitos de poupança passou de 10% para 30%. (BARROS, 1996).

processo de expansão do crédito. O fato é que o Plano Real, ao mesmo tempo em que promoveu uma estabilização dos preços, aumentou a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Isso fez com que o Banco Central adotasse uma política de juros elevados, aliada aos altos compulsórios, o que voltou a aumentar o risco em aplicações junto ao setor privado, priorizando-se novamente o financiamento do governo e aumentando o *spread* bancário, que nesse período ficou entre 120% a.a. em 1994 e 150 a.a. em 1995.

Fica evidente, portanto, que ofertar crédito é uma atividade que só é atraente à medida que se possa oferecer ganhos muito altos, para compensar o custo de oportunidade, tanto em rentabilidade quanto em segurança. Diferente da aplicação em papéis públicos, em que o risco é zero e os lucros são altos, ainda mais com a prática de altas taxas de juros. Segundo Canuto (2001) “aplicar liquidez em títulos públicos tornou-se uma “estratégia corporativa” mais rentável que captar recursos de terceiros para alavancar investimentos produtivos”.

Na verdade, quando os bancos passam a aplicar em papéis do governo, o *spread* bancário fica ainda maior, uma vez que, aumenta o custo de oportunidade envolvido nas operações de crédito. Isso porque os bancos estabelecem um prêmio de risco muito alto para a concessão de empréstimos.

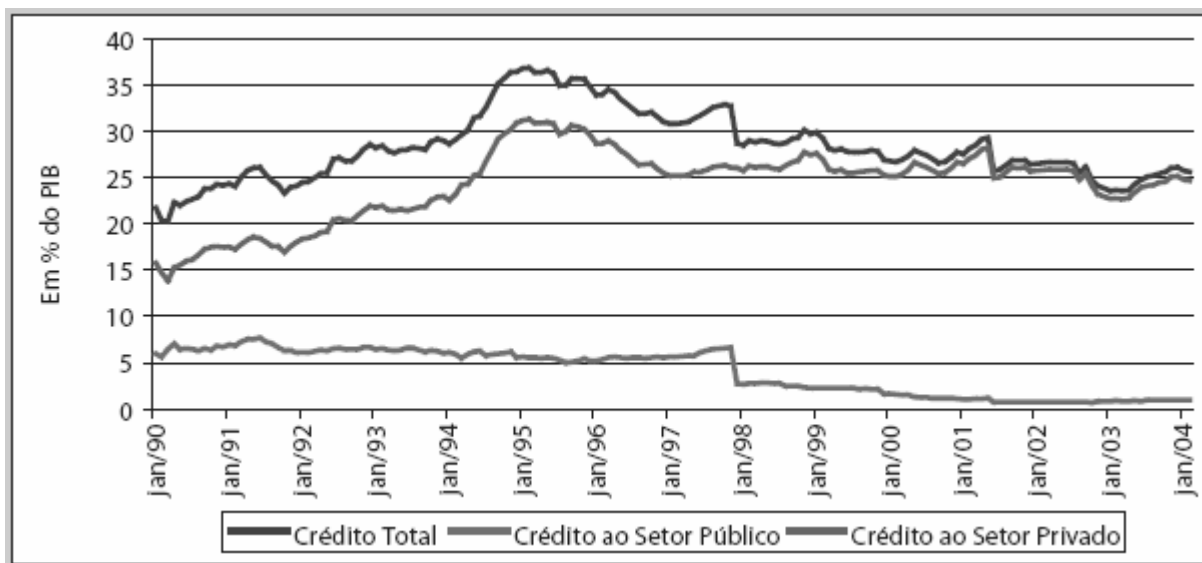
Entretanto, nota-se que os bancos conseguem adequar a composição de seus ativos de forma a ganhar cada vez mais lucro, independente de qualquer situação.

## 2.2 O Crédito

O predomínio histórico da inflação e a instabilidade econômica no Brasil tenderam a produzir volumes baixos de créditos bancários, especialmente pelo fato dos bancos tirarem proveito através dos altos ganhos com as receitas inflacionárias e não investiam na concessão de crédito.

Na figura 1 é possível acompanhar a Evolução do crédito brasileiro de 1990 a 2004.





**Figura 2** - Crédito do Sistema Financeiro Nacional, em % ao PIB (Jan/1990 a Fev/2004)

Fonte: Banco Central do Brasil.

Com o Plano Real e, conseqüentemente, com a estabilidade de preços esperava-se que os bancos aumentassem sua oferta de crédito total. Isso aconteceu num primeiro momento, como pode ser observado na figura 1, no final do ano de 1994 até início do ano de 1995. No período que vai da metade do ano de 1995 até início de 1999, o crédito total sofre várias oscilações. Após o início de ano de 1999, o crédito total brasileiro perde seu comportamento de crescimento, permanecendo estável. Acontecendo o oposto do que se esperava com a implantação do Plano Real, que era a elevação do nível de crédito.

### 2.2.1 O Risco de Crédito

Considerando que as decisões de crédito são tomadas pensando nas conseqüências futuras a sua oferta é feita mediante uma análise cuidadosa das possibilidades de não pagamento. O Risco de crédito é a possibilidade de calote por parte do tomador de um empréstimo.

Em conformidade com a classificação do Core Principles for Effective Banking Supervision (Bank for Internacional Settlements/BIS, 1997), existem cinco principais tipos de risco de crédito:

1 – Risco de Inadimplência – representa a possibilidade de o tomador do empréstimo não honrar seus compromissos com a instituição.

2 – Risco de degradação da garantia – é o risco do bem oferecido em garantia da operação de desvalorizar ou degradar.

3 – Risco de concentração de crédito – ocorre quando somente uma pessoa ou grupo conseguem ter acesso aos recursos bancários ofertados.

4 – Risco de degradação do crédito – é a perda na qualidade de crédito do seu tomador causada por uma queda no valor de sua obrigação.

5 – Risco soberano – este risco está vinculado à possibilidade de perda em transações internacionais.

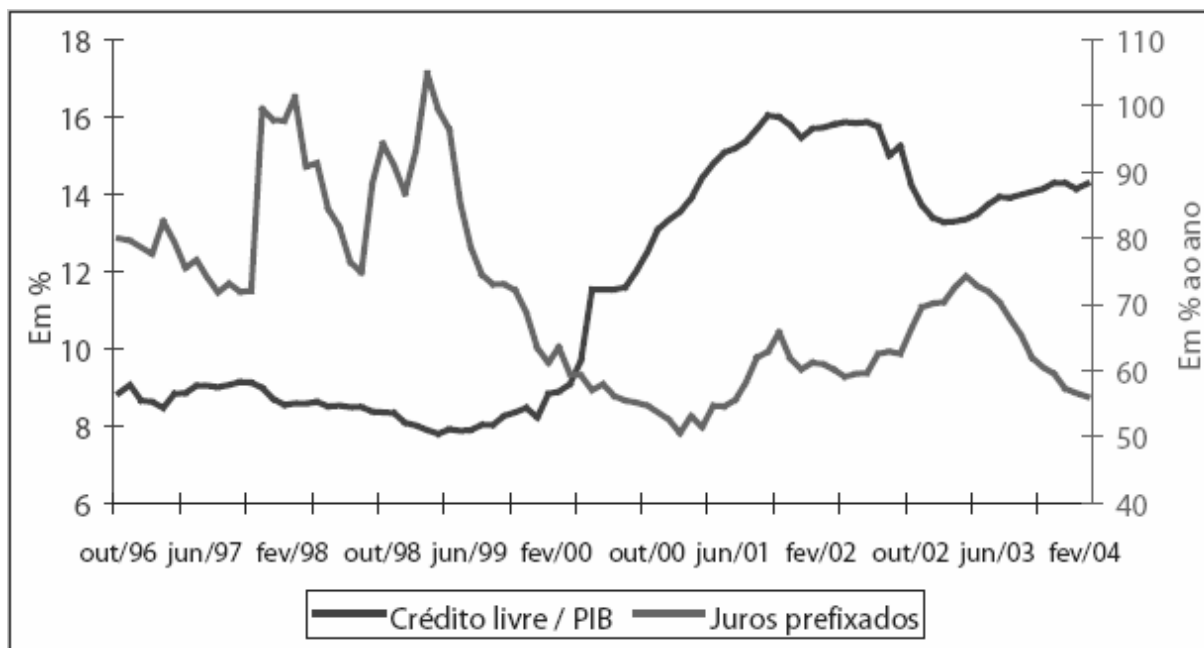
Dentre os cinco riscos de crédito citados o mais importante é o risco de inadimplência que possui uma das maiores participações do *spreads* cobrados pelas instituições bancárias do Brasil.

Diante do problema de risco de crédito os bancos tomam atitudes com o objetivo de elevar a probabilidade de retorno do capital emprestado, métodos como estes a seguir:

- Filtragem – um método utilizado para reduzir os problemas com assimetria de informações, no qual o banco coleta dados confiáveis sobre os tomadores em potenciais de recursos e os seleciona sob a ótica de retorno de capital.
- Garantias – diz respeito a uma propriedade que o tomador do empréstimo promete ao conceder no caso de não pagamento do capital que pode ser através de nota promissória, duplicata, letra de câmbio, endosso em preto e em branco, garantias real e garantia fidejussórias, hipoteca, penhor, caução, alienação fiduciária, anticrese, aval.
- Racionamento de crédito – trata-se de limitar o valor a ser emprestado mediante análise do histórico de cada cliente, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas.

### 2.3 A Taxa de Juros

O nível alto da taxa de juros básica da economia é mais um fator que influencia no baixo volume de crédito brasileiro. Isso pode ser observado na figura 2.



**Figura 3** - Relação entre Créditos Livres e Juros Bancários no Brasil (out/1996 a Fev/2004)  
Fonte: Banco Central

De acordo com a figura 2, os períodos em que as taxas de juros estão altas o volume de crédito diminui, isso ocorre principalmente por dois motivos: o primeiro é porque quando as taxas de juros estão altas, para os bancos torna-se muito mais atrativo aplicar em títulos públicos, em que o risco é baixo e a rentabilidade é alta; o segundo motivo diz respeito ao risco de inadimplência provocado pelo ambiente macroeconômico de incertezas.

As taxas de juros pagas e cobradas são definidas pelo agente financeiro, partindo da taxa básica de juros. Uma vez por mês, ou quando necessário, o Comitê de Política Monetária (COPOM) se reúne para a definição dessa taxa básica. A fixação dessa taxa vai depender de um conjunto de fatores dos quais os principais são: a credibilidade do país, seu nível de reservas cambiais, a dívida pública interna, a inflação, a estabilidade econômica interna e externa.

Na verdade, o Banco Central determina a taxa de juros de curtíssimo prazo (taxa Selic), mas as taxas de mercado em diferentes horizontes não são controladas pela autoridade monetária, como as taxas de cheque especial, cartões de crédito, taxas de empréstimos pessoais, entre outras. Inclusive, é possível ocorrer um descasamento entre a taxa Selic e as

taxas de mercado. Uma pesquisa feita pelo Banco Central (2006)<sup>9</sup>, mostra a diferença entre as taxas de juros de mercado cheque especial e empréstimo pessoal:

Tabela 1 - Demonstrativo das Taxas de Juros Praticadas - Dezembro/2006

<b>Bancos</b>	<b>Empréstimo Pessoal</b>	<b>Cheque especial</b>
HSBC	4,70%	8,47%
Banespa	5,80%	8,38%
Bradesco	5,57%	8,01%
Banco do Brasil	4,62%	7,70%
CEF	4,68%	7,20%
Itaú	5,95%	8,47%
Santander	5,80%	8,38%
Nossa Caixa	4,25%	8,10%
Real	6,50%	8,40%
Unibanco	5,87%	8,39%

Fonte: Banco Central.

Data da Coleta: 01/12/2006.

Para pedir o empréstimo pessoal, o interessado preenche um cadastro. É a partir dele que a instituição financeira avalia as possibilidades do cliente pagar corretamente ou ficar inadimplente, e determina a taxa de juros a ser cobrada.

O cheque especial é um limite de crédito oferecido pelos bancos a seus correntistas. O limite deste crédito é estabelecido com base na renda do cliente e no seu histórico de bom pagador. No entanto, os juros cobrados costumam ser os mais caros do mercado. Podem chegar a 10% ao mês sobre o valor que ultrapassar a quantia da conta corrente.

Um outro produto oferecido pelos bancos e que possui uma taxa de juros alta é o cartão de crédito, que nada mais é que um instrumento de compra à vista quando os gastos são pagos integralmente. A vantagem é que o comprador tem uma data de vencimento única para pagar todas as despesas, que aparecem discriminadas na fatura. A operação de crédito no cartão caracteriza-se em duas situações: no pagamento do débito em parcelas e no crédito

<sup>9</sup> Os dados abaixo se referem às taxas máximas pré-fixadas para clientes (pessoa física) não preferenciais, sendo que, para o cheque especial, foi considerado o período de 30 dias e para o empréstimo pessoal, o prazo de contrato é de 12 meses.

rotativo. No crédito rotativo, o comprador opta por pagar parte da dívida ou apenas o pagamento mínimo calculado pela operadora. É sobre o restante do débito financiado que incidem os juros, normalmente os mais elevados do mercado. Vale lembrar que as administradoras cobram também uma anuidade pelo uso do cartão, cujo valor depende do tipo do cartão e à que instituição financeira está vinculada. No caso de atraso no pagamento, é preciso ficar atento, pois os juros cobrados podem ser bem maiores, sem contar à multa que costuma ser de 2% sobre o valor devido.

Abaixo dados da pesquisa publicada no jornal “O Estadão” das taxas de juros rotativos e por atraso, cobradas nos cartões de crédito.

Tabela 2 – Resumo: Juros Rotativos e por Atraso (% mês)

<b>Juros</b>	<b>Média</b>	<b>Mínima</b>	<b>Máxima</b>
Atraso	9,99	3,00	15,40
Rotativo	7,93	1,94	14,10

Fonte: O Estadão<sup>10</sup>.

Data da pesquisa: 15/06/2007.

No geral, as taxas de juros normalmente são afetadas pelo grau de risco que os bancos percebem através da avaliação de critérios, como a credibilidade do tomador e o prazo da operação pretendida. Sendo que, em casos de empréstimos de maior prazo, a taxa tende a ser variável como forma de amenizar a incerteza do recebimento e a possível deterioração do crédito frente a acontecimentos não previstos.

### 2.3 O Acordo da Basiléia

Para Soares (2001), um fator que pode ter contribuído para o não crescimento do crédito como se esperava, foi à adesão ao acordo da Basiléia, que em síntese, estabeleceu um padrão comum de determinação do capital dos bancos, na tentativa de reduzir as diferenças entre as normas aplicáveis às instituições financeiras dos diversos países. Através do acordo

<sup>10</sup> A taxa média da tabela acima corresponde a uma média simples de todos os tipos de cartão.

da Basiléia, o governo brasileiro procurou adotar algumas medidas voltadas a privilegiar a solidez do setor bancário nacional. A hipótese do estudo de Soares (2001) é de que a adesão do país ao Acordo cria uma restrição orçamentária para alguns ativos dos bancos, o que alterou o seu padrão de aplicações e foi capaz de prejudicar o crescimento das operações de crédito.

O acordo da Basiléia foi discutido e aprovado em julho de 1998 pelos representantes dos bancos centrais do grupo dos países denominados G10, no intuito de alcançar maiores garantias para solvência e a liquidez do sistema bancário internacional.

Segundo Soares (2001):

Ao aderir ao Acordo, à autoridade monetária do país assume o compromisso de exigir dos bancos um nível de capital que seja compatível com o volume de suas operações ativas – na linguagem do Acordo, que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) dos bancos seja igual ou superior ao Patrimônio Líquido Exigível (PLE). (SOARES, 2001, p. 68).

Com relação à adesão do Brasil ao Acordo da Basiléia, a resolução número 2.099, de acordo com Soares (2001), estabelece:

As instituições financeiras que operam no Brasil devem calcular o capital exigível (PLE), considerando a razão capital-ativo igual a 0,08 (alavancagem de 12,5) e quatro classificações de risco dos ativos, com ponderação de 0%, 20%, 50% e 100%. (SOARES, 2001, p. 70).

O risco com ponderação 0% é considerado com o fator de risco nulo, atribuído a ativos como títulos públicos federais; com ponderação 20% é considerado o risco reduzido, atribuído a depósitos bancários de livre movimentação mantidos em bancos; com ponderação 50% também são considerados riscos reduzidos, atribuído a títulos estaduais e municipais, como financiamentos habitacionais e; o risco com ponderação 100% é considerado com fator de risco normal, atribuídos às operações como de empréstimos e financiamento.

Conforme destacado por Soares (2001), em consequência dessa Resolução, têm-se que:

Para cada R\$ 100,00 que os bancos apliquem em créditos, necessitam ter R\$ 8,00 de capital. Por outro lado, para cada R\$ 100,00 aplicados em títulos do governo federal, não necessitam comprometer nada do seu patrimônio. Essa é uma maneira de dizer que esses ativos são considerados livres de risco e que, conseqüentemente, nenhum capital seria necessário para sustentá-los. Ou seja, a limitação de os bancos comprarem títulos do governo federal passa a ser a sua capacidade de captar recursos a um custo inferior ao rendimento desses títulos. (SOARES, 2002, p. 71).

Portanto, diante do exposto acima, percebe-se que o Acordo da Basiléia estimulou os bancos a aplicar em títulos públicos federais, uma vez que, é muito mais lucrativo para o

banco aplicar nesses títulos, pois além de risco zero, não precisaria comprometer seu capital. Enquanto, aumentar o volume das operações de crédito, especialmente em empréstimos, além do risco de 100%, implicaria aumentar, em curto ou em médio prazo, o capital da instituição financeira.

Relacionado ao crédito, segundo Soares (2001), fica visível que as várias normas relacionadas ao Acordo da Basileia, adotadas pelo banco Central, além de limitares o montante das operações de crédito, restringiram, significativamente, o crédito ao setor produtivo. “Na medida em que os bancos, para maximizarem o seu retorno, passaram a direcionar o crédito para os clientes (segmentos) que aceitavam pagar taxas mais elevadas”. (SOARES, 2001, p. 85). Isso aconteceu no período de 1994 a 1999, quando foi registrado um expressivo crescimento do crédito às pessoas físicas (de 2% para 15% do crédito total), enquanto o crédito concedido ao setor produtivo ficou estável com indicação de queda.

### 3 O SPREAD BANCÁRIO BRASILEIRO

#### 3.1 Definição do *Spread*

O *spread* é um termo que nas operações bancárias é definido como sendo a diferença entre a taxa de juros de captação dos bancos (paga aos investidores) e a taxa de aplicação (cobrada dos devedores nas operações de crédito).

O custo de captação nada mais é do que o custo que o banco incorre para obter o dinheiro que depois irá emprestar para seus clientes. O banco obtém o dinheiro que ele eventualmente empresta, principalmente, através dos depósitos feitos pelos seus clientes, ou através do levantamento de empréstimos no mercado. Quando ocorre um depósito em dinheiro no banco, pode ser dito que na verdade está sendo emprestado esse dinheiro ao mesmo. Dependendo da forma como é efetuado esse depósito, em poupança, em fundos etc., o banco terá que pagar uma remuneração. A remuneração média paga por um banco (ou instituição) pelos recursos que obtém de seus clientes (depósitos) ou de investidores (no mercado) equivale ao seu custo de captação.

O custo de captação do dinheiro depende, especialmente, das expectativas econômicas, da credibilidade e também a da necessidade de caixa da empresa, além disso, outros fatores como a taxa básica de juros vigente, que no caso do Brasil, como referência usa-se a Selic.

Para Reed e Gill (1994):

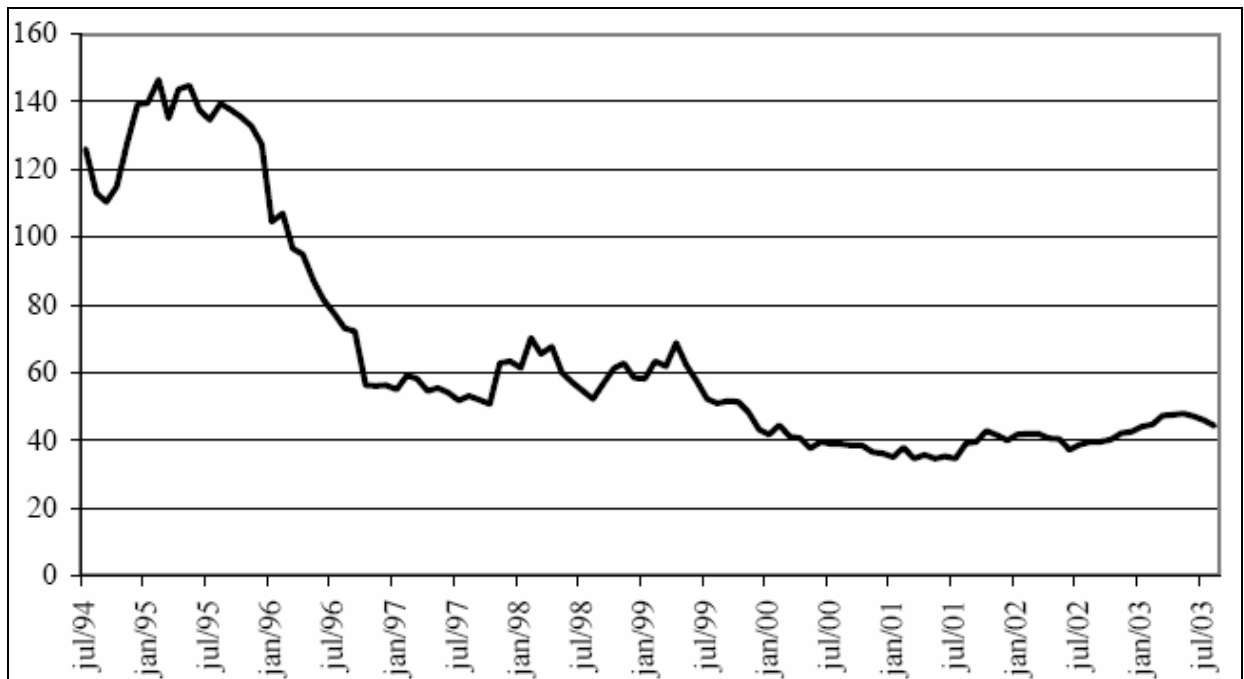
O negócio dos bancos comerciais é tomar dinheiro emprestado (na maior parte dos depositantes) e emprestá-los ou investi-lo a uma taxa mais alta. É este negócio de um intermediário financeiro, que age como mensageiro para os que têm e os que precisam de fundos. A atividade de emprestar dinheiro para aqueles que têm alta reputação em termos de crédito e investir em títulos de alta qualidade resulta em margens de lucro relativamente baixa, quando comparadas com as margens obtidas pelas corporações não-financeiras. (REED; GILL, 1994, p. 167)



### 3.2 Os Fatores que Influenciam o *Spread*

Conforme mostra a figura 3, ao se analisar a trajetória do *spread* bancário após o ano de 1994, percebe-se que o *spread* bancário brasileiro caiu vertiginosamente desde a implantação do Plano Real, mas ainda continua em patamares elevadíssimos se comparado a outros países. Até mesmo se considerarmos os países emergentes como Argentina, Colômbia, México e África do Sul.<sup>11</sup>

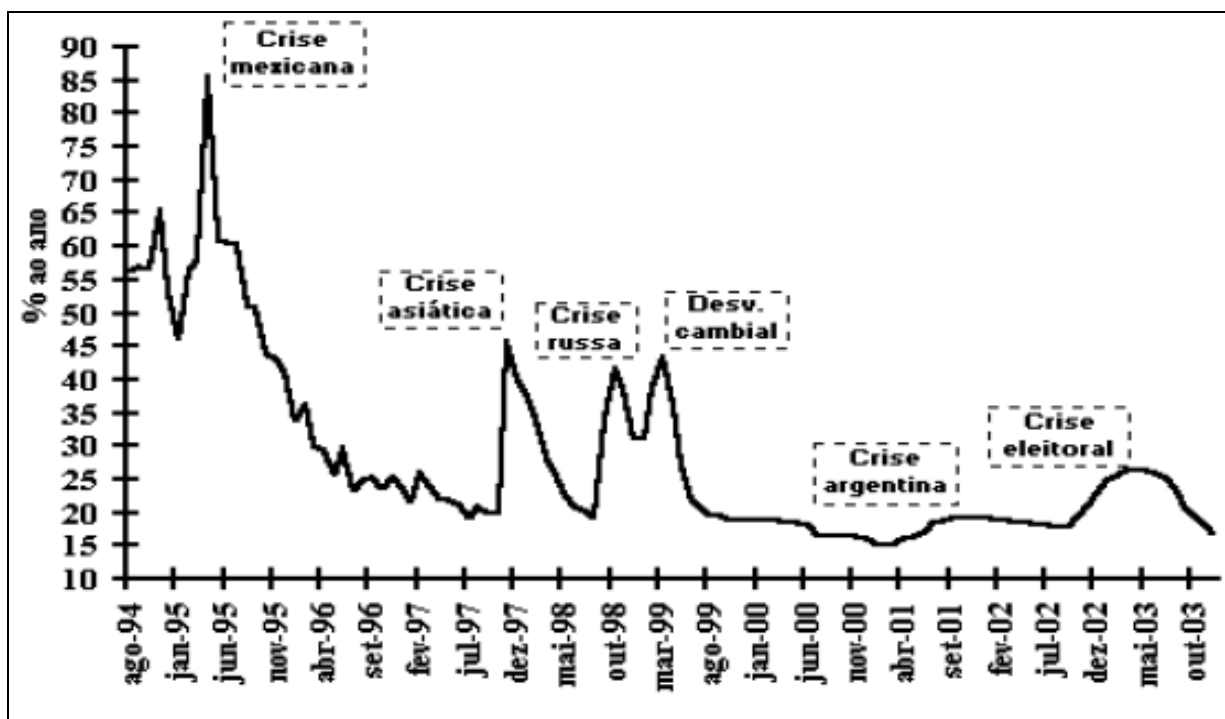
Já a figura 4, apresenta a elevação da taxa Selic de 1994 a 2003, destacando-se as crises ocorridas ao longo deste período.



**Figura 4** - Evolução do *Spread* Bancário Brasileiro (1994/2003)

Fonte: Banco Central do Brasil

<sup>11</sup> Fonte: Internacional Finance Statistics do FMI, IEDI (2004a) e Banco Central do Brasil.



**Figura 5** - Taxa Selic acumulada no mês anualizada (ago/1994 a dez/2003)

Fonte: Banco Central do Brasil.

De acordo com a figura 3, percebe-se que o *spread* médio <sup>12</sup> praticado no sistema bancário brasileiro, em 1994, era de aproximadamente 120% a.a., um valor cerca de oito vezes maior do que a taxa de *spread* cobrada na Venezuela, país que possuía a segunda maior taxa de *spread*. Após os primeiros anos de implantação do Plano Real, mais precisamente, em 1999, os *spreads* cobrados pelas instituições financeiras brasileiras continuam elevados, cerca de 60% a.a., conforme a figura 3. Sendo que em 2003, o *spread* médio no Brasil reduziu para 44% a.a., mas ainda continua com patamares elevados. Aproximadamente três vezes maior se comparado com o *spread* médio dos países latino-americanos e dez vezes maior do que a taxa cobrada nos países do leste asiático.

Através da figura 3 percebe-se que o comportamento do *spread* bancário no Brasil no ano de 1995 alcançou o seu valor máximo de 150%. Esse aumento no *spread* se deu em função do aumento da taxa de juros devido à crise mexicana conforme destacado na figura 4.

Nesse período de 1994 a 1995, a manutenção dos elevados *spreads* 120% a.a. e 150% a.a., respectivamente, obtido pelas instituições bancárias ocorreu a partir desta expansão nas

<sup>12</sup> O *spread* médio é calculado pela diferença entre a taxa média de aplicação e taxa média de captação, onde a taxa média de aplicação é a receita total de intermediação financeira sobre o ativo operacional, entendido este como o ativo total deduzido do ativo permanente e, a taxa média de captação é calculada através da despesa de intermediação financeira, subtraída a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre o ativo operacional.

operações de crédito. Os bancos estimulados por um processo de ajuste, com a perda das receitas inflacionárias, passaram a transferir os riscos destas operações de crédito para o tomador final através da cobrança de elevadas taxas de juros, que proporcionava os elevados *spreads* bancários.

Mas, conforme a figura 3, o *spread* apresentou uma nítida tendência de queda a partir de 1996, em virtude das medidas restritivas voltadas a diminuir as operações de crédito dos bancos e também devido a um relaxamento das medidas de arrocho monetário e uma diminuição da desconfiança dos agentes em relação ao processo de contágio da crise mexicana. Vale destacar, que a taxa de juros acompanha o *spread* também no ano de 1996, conforme a figura 4.

Entretanto, vale destacar, que esses fatores contribuíram para uma redução significativa dos patamares de *spread* bancário no país, mas eles ainda continuavam altos de acordo com patamares internacionais.

No final do ano de 1997, o *spread* apresenta uma tendência de aumento conforme figura 3, acompanhando a taxa de juros, reflexo das crises asiáticas (1997), conforme destacado na figura 4. A prática de elevada taxa de juros básica na economia, faz aumentar o *spread* bancário não somente por tornar mais atrativo a aplicação em títulos públicos, mas também por elevar o custo de captação de recursos e o risco de inadimplência envolvido nas operações de crédito, uma vez que, altas taxas de juros estão comumente associadas a ambientes macroeconômicos cujo grau de incerteza é alto. Além do que, implicam um alto custo de oportunidade envolvido na concessão de empréstimos, aumentando ainda mais as margens envolvidas nestas operações.

Segundo o Banco Central (1999), o programa de estabilidade fiscal em curso desde o final de 1998 estabeleceu condições para um regime fiscal consistente. A partir desse fato, diminuindo as incertezas através de um arcabouço da política monetária abriu-se espaço para que ocorresse uma perspectiva de queda na taxa básica de juros e de uma redução no *spread* bancário, como pode ser observado nas figuras 3 e 4, respectivamente. A partir de 2000 o *spread* atingi o patamar de aproximadamente 40% ao ano. Vale ressaltar, que ele manteve-se nesses patamares, ainda elevadíssimos, desde então, inclusive com uma leve tendência ascendente a partir de meados de 2001.

No ano eleitoral de 2002, conforme destacada na figura 4, vésperas da eleição do então Presidente Lula, a economia brasileira passou por um caos. A taxa de juros em reais simplesmente dobrou entre março e setembro de 2002 e o *spread* foi acompanhando. No entanto, a situação foi mudando após Lula se eleger, na medida em que o pessoal se

convenciona de que a política econômica do novo governo era uma continuidade do Real. No final de 2002, véspera da posse do presidente Lula, todos os indicadores já haviam melhorado. E no início de 2003, as taxas de juros e o *spread* já apresentavam sinais de queda.

Mediante o que foi exposto, ressalta-se a importância de apresentar os principais fatores que influenciam o *spread* cobrado pelos bancos em suas operações: os fatores microeconômico e macroeconômico.

A partir de uma abordagem microeconômica, o sistema bancário, conforme destacado por Fajardo e Fonseca (2004) “é visto como uma indústria, que utiliza como insumo, em sua produção, os depósitos de seus correntistas, e que produz empréstimos, que são vendidos aos tomadores de recursos”.

Com relação aos fatores macroeconômicos, a ênfase maior foi atribuída às incertezas macroeconômicas ocasionadas pela instabilidade econômica.

### ***3.2.1 Os Fatores Microeconômicos***

Nesta seção serão apresentados os principais fatores microeconômicos que influenciam o *spread* bancário no Brasil. Dentre eles foram destacados a concentração bancária no Brasil, a regulação prudencial e a assimetria de informações.

#### ***3.2.1.1 A Concorrência e Concentração Bancária no Brasil***

A baixa concorrência existente no setor bancário também é um dos motivos que influencia no elevado *spread* brasileiro e está relacionada principalmente ao movimento de redução no número de instituições bancárias operando no país e a concentração bancária existente.

Segundo Pinheiro (2003), a estrutura não competitiva do setor ajuda a explicar os elevados *spreads* bancários, pois os bancos teriam poucos incentivos para aumentar a sua eficiência operacional, operando com *spreads* elevados como forma de gerar receita suficiente

para cobrir os seus custos. Para ele existem três tipos de barreiras à competição que explicam a baixa concorrência nesse setor:

- As informações sobre os devedores são cruciais para avaliar o risco da operação, e essas informações não são confiáveis;
- As garantias são de difícil recuperação, prejudicando sua capacidade de reduzir riscos em uma operação com um devedor anônimo;
- Existem muitas regulamentações que dificultam a migração de clientes entre bancos, aumentando o seu poder de mercado.

Dessa forma, a baixa concorrência, influenciada pelo alto grau de risco de crédito, devido, principalmente, a essas informações não confiáveis juntamente com as dificuldades de migração dos clientes entre bancos, aumenta a taxa de juros e, conseqüentemente, aumenta o *spread*.

Para o Banco Central (2003) as informações públicas e confiáveis sobre os devedores são fundamentais para estimular a competição. De fato, no segmento das grandes empresas, em que a qualidade da informação publicamente disponível é melhor, a competição é grande e os *spreads* relativamente pequenos.

Segundo Henrique Meirelles (2004):

A transparência é peça fundamental no processo de estímulo à competição. A ampla e livre circulação de informações é condição fundamental para que sejam alcançados dois objetivos prioritários deste governo: a expansão da oferta de crédito e a conseqüente redução dos *spreads* bancários”. (Banco Central, texto Palavras do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, no Lançamento do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central, 2004, p.3).

Entretanto, uma outra explicação que comumente tem sido dado ao comportamento dos *spreads* praticados no Brasil é o elevado poder de mercado disputado pelos bancos, decorrente do aumento da concentração bancária. Os bancos brasileiros, como em geral de todo o mundo, usufruem algum poder de mercado, eles não são agentes passivos subordinados às vontades de seus depositantes e às determinações das autoridades monetárias, pois eles têm plena autonomia, por exemplo, para regular suas taxas de *spread*, de acordo com as expectativas dos próprios banqueiros em relação ao cenário econômico futuro.

Nos últimos anos, observou-se, no Brasil, uma grande mudança no setor bancário no que concerne à concentração e consolidação do mesmo. A proliferação de instituições que ocorreu desde a Reforma Bancária de 1964, instituída pela lei número 4595 de 31/12/1964<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e da outras providências.

fez com que surgissem grupos financeiros de vários portes operando em bases nacionais. Essa lei financeira brasileira, adaptação da lei americana, permitia que o Brasil tivesse um sistema segmentado e com um papel preponderante para o Banco Central, que regulamenta e supervisiona o setor bancário e executa as políticas monetárias e cambiais.

Essa reforma bancária ocorreu no sentido de reestruturar o sistema financeiro brasileiro. As reformas visavam segmentar o sistema financeiro, ao induzir a especialização das instituições que operavam no mercado e ao estabelecer vínculos entre captações e aplicação de recursos. Com isso após a reforma de 1964, muitos grupos financeiros surgiram no Brasil.

Em 1988 o Conselho Monetário Nacional (CMN) criou através da Resolução nº. 1524 de 21/09/1988, a figura dos bancos múltiplos<sup>14</sup>, reorganizando as instituições oriundas das reformas anteriormente citadas. Essas instituições, embora diferenciadas entre si na organização funcional e administrativa, apresentam em comum o fato de poderem oferecer todos os serviços financeiros.

As mudanças ocorridas no setor após esta alteração e outras, como o artigo 192<sup>15</sup> da Constituição de 1988, levaram ao aumento no número de instituições em operação no mercado nacional, passando de 124 em 1988 para 242 em 1995. Existe um consenso de que no período 1964-1988 havia uma tendência à concentração desde a reforma bancária de 1964, resultado principalmente do incentivo das regulamentações governamentais. O processo de concentração foi mais intenso nas décadas de 1960 a 1970.

No entanto, o Plano Real, implantado no segundo semestre de 1994, mudou radicalmente o cenário de atuação dos bancos no Brasil, levando o sistema a uma tendência de redução das instituições financeiras, processo inverso ao anterior. A redução do número de bancos foi bastante expressiva, uma vez que em 1994 existiam 246 instituições no sistema contra 164 em 2002. Conclui-se, conforme dados da tabela 1, que após esta consolidação o setor ficou mais concentrado, aumentando o poder de mercado dos agentes remanescentes.

---

<sup>14</sup> O banco Múltiplo, segundo Carvalho “é aquele que combina pelo menos duas carteiras de um conjunto de quatro, entre as quais as mais importantes são as carteiras de banco comercial e banco de investimento. A separação dessas duas funções é o fulcro sobre o qual repousa o conceito de segmentação”. (CARVALHO, 2001, p. 312).

<sup>15</sup> O Artigo 192 da Constituição estabelece que, a partir de então, não haveria mais barreiras de entrada ao setor financeiro, eliminando o sistema de pontos que deveriam ser comprados para o ingresso no sistema. Após a eliminação dessa barreira o número de bancos aumentou rapidamente.

Tabela 3 - Número de Bancos no Brasil (1994/2003)

<b>Ano</b>	<b>Número de Bancos</b>
1994	246
1995	242
1996	231
1997	217
1998	203
1999	193
2000	192
2001	182
2002	167
2003	164

Fonte: Banco Central

A redução do número de bancos no país, conforme tabela 3, pode ser explicado pelo período de transformação expressiva por que passou o setor bancário brasileiro, fruto da estabilização da moeda, do saneamento do sistema financeiro, da abertura aos bancos estrangeiros, da privatização de bancos estatais e do fluxo crescente de capitais internacionais.

A onda de mudanças que o sistema financeiro brasileiro experimentou em paralelo às mudanças estruturais na nossa economia, associados à queda da inflação reflete – se no alto *spread* ainda pago pelos investidores e pela taxas pagas sobre os depósitos. Foram obtidos muitos ganhos de produtividade (empréstimos, por exemplo) através do processo. Economias de escala<sup>16</sup> e escopo<sup>17</sup> foram conquistadas, porém ao se analisar a evolução do crédito concedido (agregado) com o *spread* praticado não se observa este repasse aos tomadores de empréstimos. Os *spreads* baixaram, mas ainda encontra-se em patamares altos se comparados com outros países.

<sup>16</sup> Economia de escala é aquela que organiza o processo produtivo de maneira que se alcance a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, buscando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços. Ela ocorre quando a expansão da capacidade de produção de uma empresa ou indústria provoca um aumento na quantidade total produzida sem um aumento proporcional no custo de produção.

<sup>17</sup> Economias de escopo existem quando a produção de um bem ou serviço é mais barata ou lucrativa quando realizada em conjunto com a produção de outros bens e serviços do que isoladamente (CARVALHO, 2000, p. 301).

Concluindo, uma baixa concorrência e uma alta concentração bancária<sup>18</sup>, acabam não impulsionando o mercado de crédito no país, o que diminui as escalas de operações dos intermediários financeiros, aumentando seus custos unitários e conseqüentemente aumentando seus *spreads*, influenciando o crédito ao consumidor, tornando-o muito caro.

No entanto, segundo Pinheiro (2003), o principal problema é que ao mesmo tempo que reconhece-se o problema de baixa concorrência, “ninguém é responsabilizado por fomentar a competição no setor bancário. Em particular, nem o Banco Central, nem mesmo os órgãos de defesa da concorrência têm o costume de atuar pró - ativamente nessa área”

O debate sobre a competição nesse setor está focado, principalmente, em quem deve decidir sobre a fusão de bancos. Ainda que haja indefinições legais a esse respeito, tem prevalecido a preocupação com a saúde do sistema financeiro e a posição de que essa decisão deve caber ao Banco Central, já que ela não poderia esperar pelos demorados trâmites da SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico, da SDE – Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Diante disso, surge um conflito de interesses importante, pois o Banco Central também é responsável pela regulação prudencial do setor financeiro e sob esta ótica a competição é ruim. Em vários casos, a regulação prudencial é orientada exatamente para limitar a competição e dessa forma coibir a tendência das instituições financeiras a correr muito risco. As exigências de capital mínimo que formam a base do Acordo da Basileia, são exemplos, disso. De fato, foi o excesso de competição que levou à crise das Savings & Loans<sup>19</sup> americanas nos anos 80. Assim, do ponto de vista do regulador, a falta de competição é positiva, pois protege a saúde financeira das instituições financeiras, tornando-as menos propensas ao risco e mais resistentes a choques.

---

<sup>18</sup> Ao longo desses anos a concentração bancária vem aumentando e o spread bancário está reduzindo ( mas ainda continua alto se comparado com patamares internacionais) e a prova disso é o aumento da margem líquida dos bancos, um dos componentes do spread bancário.

<sup>19</sup> A crise imobiliária americana no início da década de 80, em que uma importante falta de liquidez gerou uma forte desvalorização dos imóveis, alterando completamente o mercado. A década anterior havia experimentado uma brilhante fase de incorporações imobiliárias, principalmente na produção de apartamentos, armazenagem e shopping centers, em negócios que envolveram mais de US\$ 130 bilhões. A crise das savings and loans (companhias e bancos de crédito imobiliário) abalou o mercado, derrubando preços e criando sérios problemas para os empreendedores, que não conseguiram liquidar seus compromissos. Para saber mais sobre assunto é só entrar no site fundos de investimentos – experiência americana.



### 3.2.1.2 A Regulação Prudencial

Justamente por ser a instituição bancária uma sociedade empresarial peculiar, que serve de canal para a formação do nível de oferta monetária, além de ser financiador de projetos em atividades produtivas de diversos outros ramos da economia, existe uma regulação governamental sobre ela. A falência de um banco pode causar transtornos econômicos bastante graves. Desse modo, os governos de todo o mundo agem intensamente na regulação prudencial, destinada a reduzir a exposição do sistema financeiro a riscos que possam se propagar por todas as instituições financeiras, e dos bancos em particular, visando garantir a estabilidade do sistema.

As Regras de regulação prudencial, para o setor bancário, foram desenvolvidas historicamente em resposta à percepção de que problemas em instituições bancárias individuais poderiam acabar causando turbulências muito mais profundas em todo o setor e, eventualmente, em toda a economia. Em outras palavras, dificuldades em bancos individuais envolviam o chamado *risco sistêmico*, que é a possibilidade de todo o sistema ser contagiado, afetando dessa forma o *spread* bancário, pois quanto maior o risco, maior o *spread*. Segundo Carvalho (2005, p.2), o “Contágio se refere ao risco de que problemas em uma dada instituição venham a contagiar todo o mercado, mesmo que as outras instituições estejam tomando todos os cuidados possíveis para manter a solidez de suas operações”.

O temor de riscos sistêmicos fez com que se tomassem duas medidas. Num primeiro momento foram definidas regras de regulação prudencial, ( normas de comportamento visando minimizar a ocorrência de dificuldades em bancos individuais, que pudessem dar origem a fenômenos de contágio); por outro lado, foi criada uma rede de segurança sob a forma de um prestador de última instância e de seguros de depósitos (em esquemas formais ou informais) que desse ao depositante alguma segurança quanto à liquidez de seus depósitos mesmo no evento extremo do fechamento de um banco, no caso do Brasil, trata-se do Banco Central<sup>20</sup>.

As medidas de natureza prudencial a serem adotadas voltavam-se para a proteção da operação do banco, restringindo a sua exposição a riscos, especialmente aqueles riscos que

---

<sup>20</sup> A supervisão das instituições financeiras participantes do SFN é exercida pelo Banco Central, por meio da fiscalização do cumprimento das normas prudenciais estipuladas para seu funcionamento, assim como do acompanhamento de sua conduta em suas atividades, e, portanto, de sua saúde financeira. Age, assim, de forma preventiva, detectando com a devida antecipação sintomas que podem indicar a ocorrência de alguma crise antes mesmo que venha a acontecer.

pudessem afetar a liquidez dos depósitos à vista e de alguma forma abalar a confiança do público em sua conversibilidade em moeda legal. Dessa forma, a regulação prudencial consisti prioritariamente na definição de índices adequados de liquidez para os bancos através da obrigação de manutenção de reservas primárias e secundárias; a regulação prudencial servia também para evitar a exposição a riscos excessivos através, por exemplo, da imposição de limites ao descasamento de ativos e passivos, restrição de linhas de negócios permitidas aos bancos, etc. Em outras palavras o objetivo da regulação prudencial é impedir crises sistêmicas, de modo que a instituição possa obter os maiores retornos possíveis com menores riscos individuais. No Brasil o Banco Central é o responsável pela regulação prudencial do setor financeiro.

O método utilizado por reguladores e supervisores bancários era de natureza prescritiva, baseado no princípio da autoridade. Acreditava-se que os bancos, na busca de lucros, sempre tentariam aproveitar as oportunidades que se lhes apresentassem. Segundo Carvalho (2005):

O descasamento de ativos<sup>21</sup> e passivos<sup>22</sup>, por exemplo, dá-se normalmente, porque as taxas de juros tendem a cair com a maturidade ou duração do contrato. Assim, passivos mais curtos do que ativos possibilitariam ao banco pagar taxas de juros sobre suas obrigações menores que as recebidas por seus direitos, gerando-se um *spread* positivo que contribuiria para o lucro da instituição. Cabia ao regulador coibir o aproveitamento de oportunidades que pudessem se constituir em ameaça à estabilidade do sistema e, por isso mesmo, não se acreditava que o banco pudesse simplesmente priorizar a estabilidade sistêmica como sendo de seu interesse. Conseqüentemente, a regulação teria de ser tutelar, prescritiva, consistindo de regras *impostas* ao setor bancário. (CARVALHO, 2005, p. 5).

As regras prudenciais adotadas pelo Brasil fazem parte de um pacote de condições pactuadas no Acordo da Basileia, que inclui, entre outras medidas, a seletividade na concessão de autorizações para funcionamento de instituições financeiras, normas relacionadas ao gerenciamento de riscos de crédito, e à previsão de fiscalização das instituições. Vale destacar que o Acordo da Basileia, desde sua implantação no Brasil, em agosto de 1994, até os dias de hoje, vem sofrendo alterações de forma a tornar o padrão de regulação bancária o mais adequado possível, de maneira a regular o sistema bancário do país.

---

<sup>21</sup> Segundo Mishkin (1998), “os ativos são chamados de utilizações de recursos, e os juros recebidos, sobre estes é o que faz com que os bancos tenham lucros”. (MISHKIN, 1998, p. 141)

<sup>22</sup> É o conjunto de obrigações adquiridas pelos bancos dos quais fazem parte: produtos de captação, depósitos à vista, depósitos a prazo, caderneta de poupança entre outros.

### 3.2.1.3 A Assimetria de Informações

Os problemas de assimetria de informação permeiam as relações de crédito, pois os bancos não conseguem diferenciar o bom pagador e o mau pagador, aumentando a inadimplência. Isso faz com que os bancos aumentem o *spread* como forma de prêmio por correr esse risco.

A assimetria de informação acontece quando ocorre uma transação ou operação entre duas partes ou mais e uma das partes detém mais informações do que a outra, seja antes ou depois de firmado o contrato (a concessão de crédito, por exemplo). Isso causa desvantagens para a parte que estiver menos informada (poupador e tomador de empréstimos, por exemplo), pois a parte mais informada pode utilizar a informação a mais que possui para seu próprio proveito.

Quando a falta de informação acontece antes de firmado o contrato a situação é conhecida como problema de seleção adversa (informações imperfeitas); quando a falta de informação acontece depois de concretizado as operações, trata-se de risco moral. “Para serem lucrativas, as instituições financeiras devem superar os problemas de seleção adversa e risco moral que aumentam a probabilidade de inadimplência em empréstimos”. (MISHKIN, 1998, p. 149).

O sistema bancário brasileiro contém a presença de assimetria de informações e isso acontece, principalmente, na concessão de crédito. Existem diversas formas de se obter informações a respeito dos investidores no mercado. Os bancos normalmente buscam informação através de diversas fontes, dentre elas destacam-se:

- Pesquisa ao Cadastro de Cheques sem Fundo: em que são disponibilizadas as ocorrências de emissão de cheques sem lastro para pagamento;
- Pesquisa ao Registro de Títulos Protestados: no qual disponibiliza o histórico de títulos (normalmente duplicatas mercantis) que se encontram sem pagamento. Também dá acesso a pedidos de concordata e falência;
- Pesquisa à Central de Risco do Banco Central<sup>23</sup> (CRC): que disponibiliza o montante de crédito que determinado agente tem tomado no mercado bancário (os dados são enviados mensalmente ao BC que os resume).

---

<sup>23</sup> A Central de Risco de Crédito do Banco Central (CRC) foi implantada em 1997 e também é largamente utilizada entre os bancos, contudo neste trabalho só foram computados dados referentes aos títulos protestados e aos cheques sem fundo.

As informações geradas dentro da própria instituição merecem destaque. As empresas e indivíduos costumam utilizar diversos serviços oferecidos pelos bancos, tais como: cobrança de recebíveis, pagamento de folha de salários, recolhimento de impostos, seguros, arrendamentos, capital de giro, desconto de duplicata, dentre outros, através das práticas de fidelização do cliente. Isso faz com que os bancos tenham uma vantagem sobre seus concorrentes, porque ao emprestar para seus clientes, ele sabe mais a respeito das características deles do que seus rivais. Contudo, estas informações não estão disponíveis ao mercado, logo se entende que empresas e indivíduos se beneficiam em concentrar diversos produtos em uma mesma instituição de crédito.

Esta dinâmica confirma a existência de custos relacionados à troca de intermediários por parte dos agentes superavitários e deficitários em recursos, que são os chamados custos de transferência. Esses custos estão presentes, sobretudo, nas modalidades de crédito relacionadas com a manutenção de contas bancárias, como, por exemplo, cheque especial para pessoas físicas e conta garantida para pessoa jurídica, são situações em que os clientes estão praticamente presos a suas instituições bancárias, pela dificuldade de transferir as instituições concorrentes seu histórico cadastral e sua reputação<sup>24</sup>. Por exemplo, para se ter uma idéia, para conseguir um crédito pessoal numa conta corrente aberta hoje, leva-se cerca de três a quatro meses, dependendo da instituição financeira para ser aprovado. Esse é o tempo necessário para-se fazer um levantamento do seu comportamento de crédito com aquela instituição. Devido ao resultado de elevados custos de transferências, as taxas de juros nestas modalidades são sensivelmente mais elevadas que em modalidades de substitutos próximos.

Os custos de transferências são maiores para as pessoas físicas do que para as pessoas jurídicas, pois estas últimas costumam se relacionar com diversas instituições, ao contrário das pessoas que têm seu histórico de crédito com um único banco, em sua grande maioria.

Em síntese, as assimetrias de informações, devido aos altos custos de transferência podem explicar os elevados *spreads* observados entre modalidades de crédito como cheque especial e conta garantida quando afrontado com modalidades que são substitutos próximos.

Um banco tem mais informação sobre as características de seus clientes do que seus concorrentes, e devido aos problemas de seleção adversa torna-se muito difícil atrair clientes de boa qualidade (bons pagadores) sem que os benefícios e ofertas concedidos também atraiam clientes de baixa qualidade<sup>25</sup>. A seleção adversa faz com que os melhores clientes acabem sendo “informacionalmente capturados” pelos bancos, criando mais uma vez altos

---

<sup>24</sup> Ver modificações na resolução 2.808 de 21/12/00 do Banco Central.

<sup>25</sup> Refere-se aos clientes mau pagadores, com históricos bancários comprometedores.

custos de transferência. Dessa forma, não é possível para um banco fazer ofertas para atrair os melhores clientes de seu rival sem, ao mesmo tempo, também atrair os de pior qualidade.

Em outras palavras, quando os agentes econômicos não conseguem distinguir os bons pagadores dos maus pagadores, ocorre a “assimetria de informações” e o credor eleva as taxas de juros e os *spreads* de todos os mutuários para suprir a inadimplência de alguns.

Entretanto, custa caro aos bancos obter informações sobre quais são os clientes bons pagadores e quais não são. Essa despesa se torna um obstáculo para instituições financeiras convencerem os bons clientes dos seus concorrentes a trocar de banco.

Um banco que já tem um determinado cliente conhece, pelo seu tempo de relacionamento, o quão valioso ele é, e, se tem um intenso relacionamento com a instituição e se é bom pagador. Para esses bons clientes, o banco já cobra juros menores do que para os demais. Se um concorrente baixar os juros para atrair os bons clientes, o banco que detém bons clientes na sua carteira vai baixar os juros ainda mais para retê-los. E provavelmente vai deixar os maus pagadores trocarem de instituição financeira. No fim, o concorrente irá atrair apenas maus clientes.

É com base nessa teoria que o Banco Central vem priorizando em seus projetos de redução do *spread* bancário, a adoção de medidas que procuram reduzir a assimetria de informações que, por sinal, não é um problema restrito ao Brasil, mas uma característica desse setor em todo o mundo.

Velloso (2007), destaca numa entrevista recente com Guido Mantega, que o governo acelerará a aprovação do Cadastro Positivo no Congresso Nacional, e que a fazenda liberará recursos para que o Banco Central agilize o aperfeiçoamento da sua central de risco. Isso fará com que o sistema possa disponibilizar também informações de tomadores de recursos, a partir de três mil reais, pois hoje a Central só tem informações para créditos acima de cinco mil reais. “Hoje todo cliente é considerado de alto risco e o Cadastro Positivo e a central de risco do Banco Central vão justamente melhorar a informação sobre cada pessoa”, disse Mantega, nessa entrevista.

Segundo o Relatório Bancário (2007), a aprovação da conta salário é um exemplo de incentivo à competição bancária. “Vejo que este assunto está caminhando na direção que a Febraban sempre defendeu, já que a entidade é favor da concorrência. Ficará a critério de cada banco definir os melhores mecanismos para atrair clientes, seja via conveniências, facilidades de empréstimos, menores tarifas, relacionamento com o gerente...”, disse Fabio Barbosa no relatório. Aqui, convém salientar, que os clientes só terão a ganhar com isso, sem contar que

contribuirá para redução dos *spreads*, através da redução de riscos devido a maiores informações de seus clientes.

Entretanto, segundo Braga (2000), existem vários incentivos às ações que resultem em problemas de risco moral<sup>26</sup>, a saber:

- Quando o custo de inadimplência é menor do que o custo de quitar a dívida;
- Quando, numa situação de inadimplência, a possibilidade de renegociação para devedor é mais vantajosa sob o ponto de vista do credor;
- Quando o esforço do devedor na condução do empreendimento financiado não é observado pelo credor.

Isto tudo leva a uma aversão a riscos da parte dos bancos que por esse motivo tendem a ter dificuldades em diversificar seus portfólios.

Um outro problema enfrentado pelo risco moral e que merece atenção é a demora na cobrança e execução das garantias (sistema judiciário), além, é claro, da dificuldade de acionar juridicamente gestores e acionistas de sociedades limitadas, tudo isso faz com que surjam barreiras à aquisição de empréstimos e elevem o *spread*.

Em uma entrevista feita com Fabio Barbosa, Presidente da Febraban (2007), ele disse que o principal trabalho da Febraban nesse momento é o de fortalecer cada vez mais os instrumentos de garantia, transparência e controle do risco. Um exemplo é o cadastro positivo, que ajudará o setor a atuar de forma mais ágil também junto à pequena empresa. Segundo ele, o cadastro positivo, será muito importante para termos mais transparência e podermos precificar melhor o custo do crédito, e com isso reduzir os *spreads*.

Uma outra medida importante, ao longo desses anos, ao lado da Lei de Falências, é a criação do crédito consignado<sup>27</sup> em folhas de pagamentos. Levando em consideração as melhores garantias, podemos dizer que se trata de uma linha de crédito com as menores taxas, menores riscos e também reduzidos *spreads*.

Em um estudo feito pelo Banco Central (2006), foi medido o quanto exatamente os juros nos empréstimos consignados são menores levando em conta apenas os efeitos das melhores garantias. Para chegar a esse valor, os pesquisadores selecionaram um grupo de pessoas, a partir de dados da Central de Risco de Crédito do Banco Central, que tomaram tanto empréstimos pessoais quanto crédito consignado. Foram selecionadas 34,8 mil operações de crédito pessoal e 27,5 mil de crédito consignado, em dezembro de 2003, com valores a partir de R\$ 5 mil. Os pesquisadores chegaram à conclusão de que existe uma

---

<sup>26</sup> O risco moral trata-se de como será o comportamento do cliente depois que efetuar o crédito.

<sup>27</sup> O empréstimo consignado foi implantado pela Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

diferença de 13 pontos percentuais entre as taxas de juros das duas modalidades de crédito que pode ser atribuída exclusivamente às melhores garantias dos empréstimos consignados.

Dentre os impactos dos efeitos da assimetria de informação sobre o mercado de empréstimos, destaca-se a limitação da oferta de crédito mediante informações negativas quanto à reputação dos investidores. Diante disso, nota-se que o banco restringe o crédito em função de informações negativas de seus clientes. À medida que os bancos tenham informações imperfeitas a cerca dos seus clientes, eles não podem diferenciá-los com relação ao baixo ou alto risco. Nesse ambiente de incertezas os riscos assumidos é um dos motivos dos elevados *spreads* bancários.

Para Ribeiro (2007), as assimetrias de informações produzem falhas no funcionamento do mercado, permitindo, por exemplo, o exercício de poder de mercado para auferir lucros excessivos. Isso se deve ao fato de os bons clientes não conseguirem se diferenciar dos demais e ficando na maioria das vezes, presos aos bancos que conhecem melhor o seu histórico de pagamento de dívidas. Os bancos se aproveitam dessa situação para cobrarem *sprea's* mais elevados.

Os bancos em função dos problemas com assimetria de informações, como seleção adversa e risco moral, acabam influenciando o *spread* bancário brasileiro. Por um lado, tende a aumentar os custos, especialmente, os custos de transferências, aumentando o risco e a taxa de juros de empréstimos e elevando, conseqüentemente, os *spreads*. Por outro lado, os bancos também podem optar pelo racionamento do crédito. O risco de falência explica este comportamento, pois, à medida que os bancos detêm as informações de seus investidores sejam elas imperfeitas ou não a acerca dos projetos propostos, a dificuldade de diferenciá-los (entre de baixo risco e alto risco) pode levar ao racionamento e encarecimento do crédito, aumentando mais uma vez os *spreads*. Dessa maneira, a redução da assimetria de informações entre emprestadores e tomadores de crédito acaba permitindo a ampliação do crédito e a redução do *spread* bancário.

### **3.2.2 Os Fatores Macroeconômicos**

Nesta seção serão destacados os fatores macroeconômicos que mais influenciam o *spread* bancário brasileiro.

### 3.2.2.1 As Incertezas do Ambiente Econômico

Uma explicação importante para a causa dos elevados *spreads* bancários seria a instabilidade macroeconômica que provoca incertezas no ambiente econômico. No caso do Brasil, dada à instabilidade macroeconômica que tem caracterizado a economia desde o início dos anos de 1980, é de se esperar que os fatores macroeconômicos tenham uma importância fundamental na determinação do *spread*. Incertezas relacionadas à instabilidade econômica, que impede a oferta de crédito de longo prazo e também limita a oferta de crédito de uma maneira geral.

Segundo De Paula (2005), a economia brasileira, desde a década de 90, tem se caracterizado por uma tendência a semi-estagnação econômica e por um movimento de *stop-and-go*, resultado de sua elevada vulnerabilidade externa em contexto de alta instabilidade nos mercados financeiros internacionais. Neste contexto, a política econômica vigente tem resultado em forte instabilidade em variáveis macroeconômicas chaves, como a taxa de juros e a taxa de câmbio.

De fato, a instabilidade macroeconômica afeta o *spread* principalmente através da volatilidade da taxa de juros cobrada sobre os empréstimos realizados no mercado interbancário. Quanto mais instável for à economia de um dado país, por exemplo, quanto maior for à variabilidade da taxa de inflação e da taxa de câmbio, maior será a volatilidade resultante da taxa básica de juros<sup>28</sup> e, por conseguinte, maior será *spread* bancário.

A existência de uma relação de longo prazo entre o risco de taxa de juros e o risco de crédito, também é conseqüência da instabilidade macroeconômica. Uma elevada volatilidade da taxa básica de juros deve traduzir numa alta variabilidade do nível de produção real. Assim, os lucros das firmas também deverão apresentar uma grande variabilidade, o que aumenta a probabilidade de *default* nos momentos em que os lucros estiverem abaixo do seu valor esperado. Dessa forma contata-se, de acordo com De Paula (2005), a instabilidade macroeconômica se reflete não apenas numa alta volatilidade da taxa de juros, mas também num elevado risco de crédito.

Para De Paula (2005), a instabilidade macroeconômica também pode influenciar os *spreads* através do alto grau de aversão ao risco. Com efeito, a aversão ao risco dos bancos deve refletir a própria instabilidade do ambiente de mercado no qual eles operam, isso quer

---

<sup>28</sup> Principalmente no caso em que a política monetária é conduzida com base no sistema de *metas de inflação*.



dizer que quanto mais instável for esse ambiente, maior deve ser a aversão ao risco dos bancos. Sendo assim, um país que possua um histórico de grande instabilidade macroeconômica deverá possuir bancos que tenham um elevado grau de aversão ao risco.

De acordo com De Paula (2005), a economia brasileira após o Plano Real, ainda que à custa de alguns desequilíbrios macroeconômicos, saiu de um contexto de alta inflação para baixa inflação. Considerando que os bancos tinham mais de 30% de suas receitas derivadas dos ganhos com o *float*, era de se esperar que o novo contexto resultasse em importantes mudanças no comportamento dos bancos. Isto aconteceu num primeiro momento, mais especificamente no segundo semestre de 1994, quando as operações de crédito ganharam importância nas aplicações dos bancos, mas este comportamento se alterou a partir do contágio da crise mexicana em 1995, que levou a uma ameaça de insolvência do setor bancário. Com o crescimento da dívida pública, a partir de 1997, os bancos rapidamente retornam à sua estratégia de flexibilidade patrimonial que foi típica do período de alta de inflação, contraindo crédito e aumentando suas aplicações em títulos públicos, predominantemente indexados a taxa de *overnight* e a taxa de câmbio. Assim, o governo brasileiro acabou influenciando no *spread* bancário para cobrir os elevados prêmios de risco para rolagem de sua dívida pública, uma vez que os bancos passam a ter nos títulos públicos uma alternativa de aplicação de menor risco em relação aos empréstimos ao setor privado, o que faz com que aumente o prêmio de risco nas suas operações de crédito.

Em suma, a incerteza no ambiente macroeconômico que envolve os bancos é uma importante causa dos elevados *spreads* no Brasil. A adoção de políticas macroeconômicas consistentes, que criem condições para um crescimento econômico sustentável e financeiramente estável, poderá ter um efeito positivo em reduzir os *spreads* bancários no Brasil.

Dentro deste contexto, o problema do comportamento do *spread* médio no Brasil sofre influências sobre fatores macroeconômicos, principalmente, no que diz respeito à volatilidade das taxas de juros.

#### 4 A DECOMPOSIÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO BRASILEIRO

Visto que, o *spread* constitui-se na diferença entre as taxas de empréstimos (ou taxas ativas) praticadas pelos bancos ou agentes financeiros junto aos tomadores de crédito e a taxa de captação, que é a taxa à qual os poupadores são remunerados, este capítulo tem o objetivo de analisar a decomposição do *spread* bancário brasileiro, apresentando seus principais componentes do período de 1999 até 2003.

Conforme a figura 5, pode-se observar que houve elevadíssimos níveis de *spreads* após o Plano Real, reflexo das medidas que foram tomadas com relação à restrição ao crescimento do crédito, assim como, a influência da crise mexicana. Cumpre salientar que essas medidas eram baseadas na prática de elevada taxa de juros básica da economia.

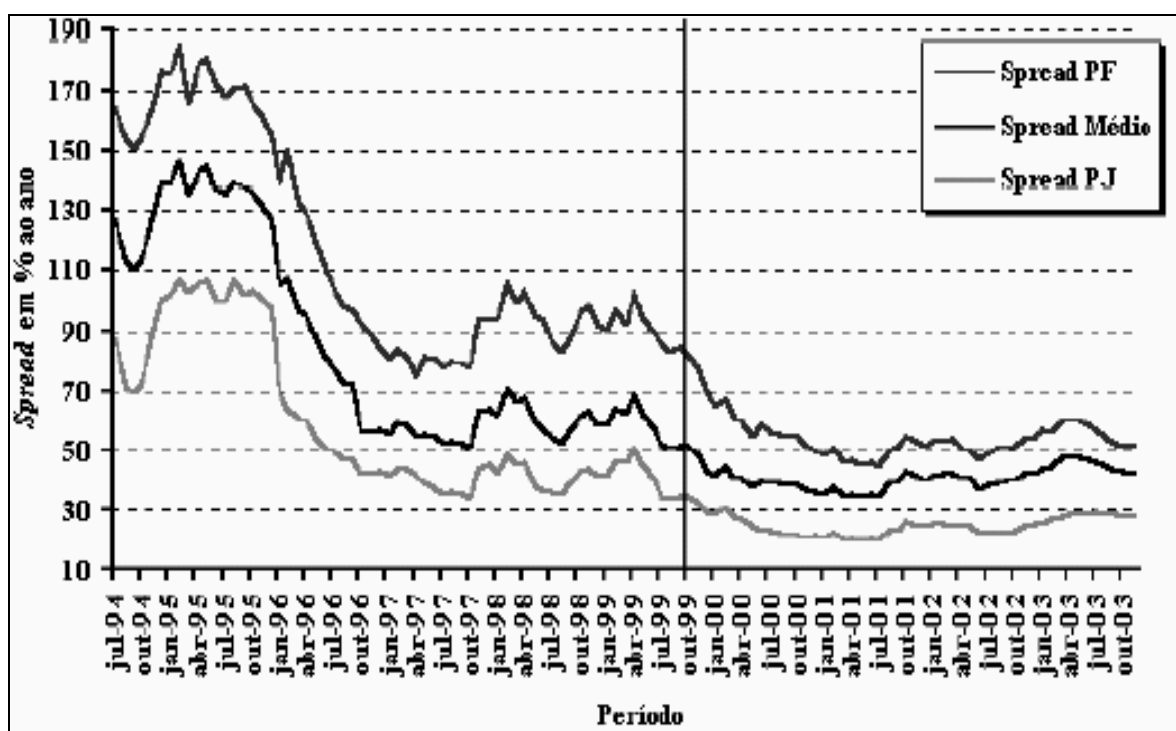


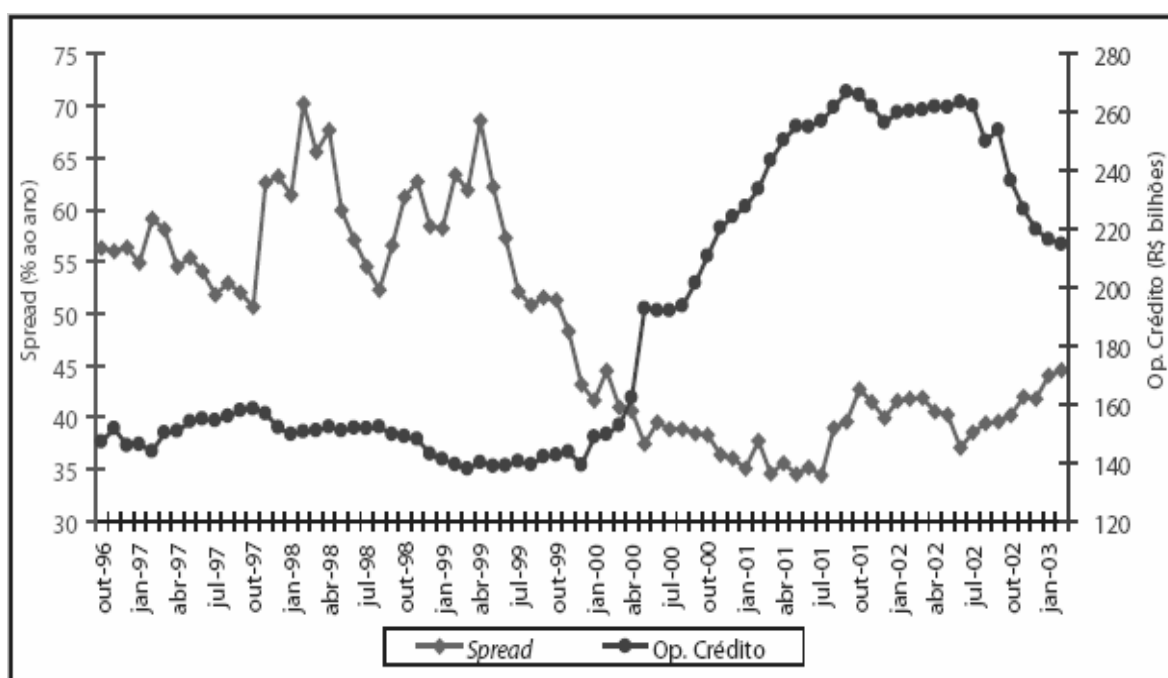
Figura 6 - *Spread* Bancário no Brasil (jul/94 a out/03)

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil.

No final do ano de 1995, de acordo com a figura 5, o *spread* médio bancário inicia tendência de queda, com mais intensidade para as operações com pessoas físicas. Segundo o Banco Central (1999), esta queda é devida ao fim dos compulsórios sobre os depósitos à vista e a prazo que passaram de 30% para 10% nesse ano.

No entanto, a partir de outubro do ano de 1997, conforme figura 5, o diferencial entre taxa ativa média e taxa de captação dos bancos volta a apresentar tendência de alta até outubro de 1999. Em 1999, o *spread* médio começa a apresentar uma tendência de queda e isso se segue até início de 2001, quando, segundo o Banco Central (2001), uma elevação na oferta de crédito, alcançada em grande parte, pela diminuição das taxas de juros bancários, pelo aumento dos prazos médios e, principalmente, pela redução da inadimplência que ocorreu até início de 2001. Conforme pode ser visto na figura 5, o *spread* médio apresentou um aumento de aproximadamente 8 pontos percentuais no final de 2001. Vários foram os fatores que contribuíram para essa reversão, em particular, o ambiente de incertezas, reflexo da crise da Argentina, assim como, a crise energética, os quais geraram dúvida com relação às metas de inflação. Por conseguinte, levou um clima de incertezas também para a economia, de modo que aumentou o risco de crédito, aumentando a taxa de juro básica (Selic), o que justifica esse aumento do *spread* médio. No mês de jul/02, o *spread* médio teve uma leve queda, voltando a subir no mês seguinte até maio de 2003 quando volta a cair.

Convém destacar, nesta seção, a relação existente entre o volume de crédito e os níveis de *spreads* no sistema financeiro brasileiro. Conforme a figura 6, trata-se de uma relação inversa. Isso se deve, em grande parte, ao nível das altas taxas de juros praticadas no mercado, devido a um ambiente de incertezas. Uma vez que, as taxas de juros possuem uma relação direta com o *spread* brasileiro.



**Figura 7** – *Spread* Bancário e o Volume de Crédito (out/1996 a jan/2003)  
Fonte: Banco Central.

Diante da influência do *spread* bancário na oferta de crédito do país, torna-se importante identificar e estudar os componentes do *spread* bancário brasileiro. Dessa forma, observa-se na tabela 4, os componentes do *spread* bancário, assim como sua evolução a partir de 1999, período em que o Banco Central passa a divulgá-los.

Tabela 4 - Evolução da Composição do *Spread* Bancário do Período de fev/99 a ago/03 (%).

<b>Período</b>	<b>Margem Líquida do Banco</b>	<b>Impostos Diretos</b>	<b>Impostos Indiretos</b>	<b>Despesas Administrativas</b>	<b>Despesas de Inadimplência</b>
Fev/99	28,77%	14,25%	11,45%	22,07%	23,46%
Ago/99	36,14%	21,18%	11,84%	19,63%	11,21%
Fev/00	39,56%	20,51%	8,06%	19,42%	12,45%
Ago/00	39,29%	20,24%	8,73%	18,25%	13,49%
Fev/01	39,02%	19,92%	8,54%	17,89%	14,63%
Ago/01	37,36%	19,25%	8,30%	19,24%	15,85%
Fev/02	38,40%	19,77%	8,37%	15,21%	18,25%
Ago/02	40,07%	20,58%	7,94%	14,44%	16,97%
Fev/03	41,28%	21,35%	7,83%	12,81%	16,73%
Ago/03	37,45%	19,10%	8,24%	16,11%	19,10%

Fonte: Banco Central

No que diz respeito aos componentes do *spread* e sua evolução no período de fevereiro/1999 a agosto/2003, a composição do *spread* teve o seguinte comportamento:

**Margem Líquida das Instituições Financeiras** – Considerando que *spread* bancário visa não só cobrir os custos das operações financeiras, mas também proporcionar uma margem líquida para o intermediário financeiro compatível com os riscos inerentes à atividade, a margem líquida constitui-se num componente importante no *spread*.

Conforme destacado pelo Banco Central (2002), a margem líquida dos bancos, compreende não apenas o lucro das instituições, mas também a compensação por créditos de direcionamento obrigatório e despesas não-operacionais.

Comparando-se os dados da tabela 4, de fev/99 a ago/03, a margem líquida tinha um peso de 28,77% na composição total do *spread* e aumentou para 37,45% na composição total do *spread*, respectivamente.

De fato, percebe-se que, de acordo com a tabela 4, no geral, quando a margem líquida dos bancos aumenta, o nível do *spread* médio diminui. De fev/99 a fev/01 a margem líquida

apresentou um aumento de 28,77% para 39,02%, acompanhando a redução do *spread* médio a partir de abr/99 que passou de aproximadamente 70% para 34%, de acordo com a figura 5. Já em ago/01 a margem líquida teve uma queda de 1.66 pontos percentuais e já no período de fev/02 até fev/03 apresentou um aumento de 3.92 pontos percentuais, voltando a cair em ago/03.

**Impostos** - No que diz respeito ao componente imposto sobre o *spread*, o Banco Central (1999) subdividiu-se em: impostos diretos e indiretos. Segundo o Banco Central (1999) os impostos indiretos são PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Financeira Social) e o IOF (Imposto sobre Operação Financeira). Com relação aos impostos diretos são IR (Imposto de Renda) e o CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

De acordo com o Banco Central (1999), do ponto de vista econômico,

A incidência de impostos sobre operações de captação de recursos e concessão de empréstimos constitui uma distorção introduzida pelo governo na livre formação de um preço, a taxa de juros. Por representar um ônus para o tomador, mas não bônus para o poupador, a tributação desestimula tanto o investimento quanto à poupança. (BANCO CENTRAL, 1999, apêndice p. 34).

a) **Impostos Diretos** – Conforme se percebe na tabela 4, este item tinha um peso de 14,25% na composição total do *spread* em fevereiro/1999 e aumentou para 19,10% na composição total do *spread* em agosto/2003. Os impostos diretos sob o *spread* de fev/99 a ago/00 aumentam, começando a cair início de 2001 até o fim deste mesmo ano. Fato explicado segundo o Banco Central (2000) pela redução das alíquotas do IR (de 25% para 15%) e de seu adicional (de 18% para 10%) seguida da queda da CSLL, a qual teve sua alíquota alterada de 30% para 12%. Mas ainda assim, continuam representando um impacto elevado na composição do *spread* que aumenta a partir de fev/02 até fev/03, voltando a cair juntamente com o *spread* a partir de ago/03.

b) **Impostos Indiretos** – De acordo com a tabela 4, este item tinha um peso de 11,45% na composição total do *spread* em fevereiro/1999 e foi reduzido para 8,24% na composição total do *spread* em agosto/2003. No geral, os impostos indiretos desde ago/99 a fev/03, apresentam queda, isso se deve em grande parte, de acordo com o Banco Central (2000) a diminuição das alíquotas de compulsório que em abr/99 eram de 75% e 30% sobre os depósitos à vista e a prazo, respectivamente e, em jun/00 estavam em 45% e 0% sobre os mesmos. Em ago/03, os impostos indiretos sobre o *spread*, apresentam um leve aumento.

Contudo, o custo de compulsório, no Brasil caracteriza-se por alíquotas elevadas. O Banco Central (2007) mostrou que “o compulsório representa uma parcela importante do juro

e pode ajudar a baixar o *spread* bancário”. Atualmente (2007), o Banco Central retém o equivalente a 53% dos depósitos à vista e 23% dos depósitos a prazo.

As altas alíquotas do compulsório elevam o custo do dinheiro e com isso as instituições financeiras tendem a cobrar *spread* maior, o que prejudica o crédito no país. O aumento do compulsório produz um aperto de liquidez, que torna a oferta de crédito mais rara e cara.

Um fator importante a destacar relacionado aos impostos indiretos é inclusão do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) <sup>29</sup> nos impostos indiretos a partir de 2000. Se, por um lado, a criação do Fundo Garantidor de Crédito representou um importante avanço institucional; por outro lado, não há como ignorar seu impacto sobre o custo de intermediação bancária. Tanto por se refletir no volume total de recursos disponíveis para empréstimo, quanto no custo de captação desses recursos, pois funciona como um imposto sobre os volumes captados.

**Despesas Administrativas** – Segundo o Banco Central (1999), o alto custo administrativo <sup>30</sup> constitui uma parcela significativa sobre o *spread* bancário brasileiro. Os bancos com maior custo administrativo o repassam para o *spread*. O custo administrativo tende a ser menos relevante quanto maior for o montante das operações de crédito, mas por outro lado, tende a encarecer os créditos de pequeno valor.

O problema é particularmente grave no caso de empréstimos concedidos a pessoas físicas, em que o custo fixo da administração do empréstimo é diluído em um baixo montante, levando a um alto custo administrativo por unidade monetária de crédito concedido. O alto custo administrativo decorre da baixa alavancagem dos bancos. (BANCO CENTRAL, 1999, apêndice, p. 59).

Conforme a tabela 4, as despesas administrativas tinham um peso de 22,07% na composição total do *spread* em fevereiro/1999 e foi reduzido para 16,11% na composição total do *spread* em agosto/2003. As despesas administrativas, nesse período, acompanham a trajetória do *spread* médio. Isso porque, nos períodos em que o *spread* médio bancário reduz as despesas administrativas também reduziu.

De fev/99 até fev/01, o *spread* médio reduziu, conforme dados da figura 5, nesse mesmo período, as despesas administrativas também caíram, cerca de 4.18 pontos percentuais, de acordo com tabela 4. Em ago/01, o peso das despesas administrativas na

---

<sup>29</sup> Esse fundo foi criado em 1995, como entidade privada. A alíquota de contribuição foi fixada uniformemente a taxa de 0,025% a.m. dos depósitos cobertos por garantia.

<sup>30</sup> Necessidade de fontes de informações, gastos judiciais, depreciação de garantias, treinamento de pessoal e informatização dos processos fazem parte destes custos.

composição do *spread* tem um aumento de 1.35 pontos percentuais e o *spread* médio também oscila cerca de 5 pontos percentuais para mais. Já no período de fev/02 a fev/03, o peso das despesas administrativas se reduz, em torno de 6.43 pontos percentuais, enquanto que o *spread* médio apesar de algumas oscilações reduz cerca de 2 pontos percentuais. E finalmente em ago/03, o *spread* médio e o peso das despesas administrativas caem.

Segundo estudos realizados pelo Banco Central do Brasil (2003), para uma possível redução das despesas administrativas torna-se necessário uma reestruturação das exigências burocráticas, devendo as instituições, concedente de crédito utilizar meios mais diretos para a avaliação e concessão de crédito.

**Despesas de Inadimplência** - A inadimplência é resultado positivo do risco de crédito, um importante motivo para os bancos não concederem empréstimos ou elevarem seu custo para o tomador, associando ao capital ofertado, um adicional relativo à probabilidade de não recebimento do mesmo.

Conforme se percebe na tabela 4, a despesas de inadimplência tinha um peso de 23,46% na composição total do *spread* em fevereiro/1999 e foi reduzido para 19,10% na composição total do *spread* em agosto/2003.

As despesas de inadimplência, de modo geral, acompanham os pequenos períodos de oscilações do *spread* médio. De fev/99 até ago/99, o peso das despesas cai 12.25 pontos percentuais e o *spread* médio também reduziu. Em fev/00 ela apresenta um leve aumento de 1.24 pontos percentuais o que reflete uma pequena oscilação no *spread* médio nesse período.

Em ago/00, o peso das despesas administrativas aumenta mais um pouco, cerca de 1.04 pontos percentuais e o *spread* médio de abr/00 a out/00 também têm um leve aumento.

De acordo com a figura 5, o *spread* médio de janeiro a abril de 2001 teve um aumento de aproximadamente 2 pontos percentuais de modo que o peso das despesas de inadimplência de ago/00 a fev/01 oscilou em 1.14 pontos percentuais para mais.

As despesas com inadimplência continuam subindo até ago/02, esse aumento, segundo o Banco Central (2001), pode ser explicado pelas expectativas com relação ao cenário macroeconômico devido à variação nas taxas de juros no decorrer do ano de 2001.

Em ago/02 o peso das despesas de inadimplência apresenta uma leve queda, conforme a tabela 4. Enquanto isso, o *spread* médio apresenta oscilações, de janeiro a abril de 2002, em torno de 1.5 pontos percentuais para mais e, de abril para maio 2.5 pontos percentuais para menos aproximadamente, de acordo com o gráfico 5. Em fev/03 as despesas de inadimplência caem, conforme a tabela 4, o que reflete uma queda no *spread* médio a partir de maio do mesmo ano.

Desse modo, a inadimplência responde por uma parcela significativa do *spread* bancário no Brasil e, segundo Pinheiro (2003), proporciona um ambiente de incerteza e insegurança, ocasionado pela dificuldade de execução de garantias e recuperação de créditos por parte das instituições financeiras, gerando problemas de perigo moral que se refletem negativamente na determinação das taxas praticadas nas operações de empréstimo. As despesas com inadimplência, se elevam, em particular, quando o ambiente macroeconômico se torna mais instável, bem como por conta da elevação da taxa de juros, como aconteceu no ano de 1995, onde os *spreads* médios alcançaram cerca de 150% a.a.

Dessa forma, a redução dos juros contribuiria também para reduzir o alto índice de inadimplência que tem peso significativo no *spread* bancário. Mas assim como não é possível baixar juros por decreto, também a redução do *spread* envolve processo gradual.

As taxas de juros brasileiras estão atualmente entre as mais elevadas do mundo. Isso se deve, em parte, às condições macroeconômicas que caracterizam o período recente, e que hoje começaram a reverter-se. No entanto, essa é só parte da explicação, pois a diferença entre as taxas de juros básicas (de captação) e as taxas finais (custo ao tomador), a qual denominamos de *spread*, também tem sido expressiva... (BACEN, 1999, p. 3).

Segundo o Banco Central (1999), as despesas de inadimplência têm sido um fator determinante do elevado custo das operações de empréstimo, o que também explica a dificuldade ou ainda, a não concessão de empréstimos pelos bancos. Quando os bancos fazem operações de crédito, eles querem ter certeza de receber de volta os valores emprestados, mais os juros. No entanto, essa certeza não existe, os bancos sempre cobram um adicional a título de risco de crédito, que está relacionado aos índices de inadimplência, mesmo no caso de clientes considerados de primeira linha<sup>31</sup>.

E ainda existem os riscos jurídicos, associados à dificuldade em acionar a justiça para receber o crédito, em caso de inadimplência, além disso, os custos relacionados aos procedimentos judiciais são elevados; existe muita demora e lentidão dos processos. De acordo com o Banco Central (2000), os países onde o Judiciário é mais ágil têm maior oferta de crédito e juros e *spreads* mais baixos.

Diante do exposto, a decomposição do *spread* bancário, permitiu identificar a importância relativa dos fatores: margem líquida dos bancos, impostos indiretos, custos administrativos e os custos de inadimplência, principalmente ligados ao risco. Dentre esses fatores o que mais se sobressaiu, mostrando-se bastante relevante na determinação do *spread* são as despesas com inadimplência.

---

<sup>31</sup> Bom cadastro junto aos Bancos, ditos bons pagadores.



## 5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar a evolução do *spread* bancário no Brasil após a implantação do Plano Real (1994).

A partir dos estudos realizados, pode se perceber, portanto, a importância que o crédito tem na economia. Fato este, que está vinculado ao mesmo ser o instrumento que possibilita às empresas e às famílias atingirem um nível maior de bem estar e modernidade, sendo que o transmissor do crédito é o banco, em especial, o banco comercial, que dada sua importância dentro do sistema financeiro são regulamentados e supervisionados pelo Banco Central.

Ao longo do trabalho constatou-se que o Brasil possui um mercado de crédito escasso e caro e que os altos *spreads* bancários, objeto desse estudo, contribuem para esse quadro. Constatou-se, também, que tanto fatores microeconômicos como fatores macroeconômicos podem explicar o elevado nível de *spreads* que tem caracterizado a economia brasileira após o ano de 1994.

Os principais fatores microeconômicos que influenciam o nível do *spread* são: 1) a baixa concorrência existente, relacionada à alta concentração no setor bancário. Isso porque, diante de uma elevada concentração bancária, o banco pode definir mais livremente a taxa de *spread* desejada; 2) a regulação prudencial, através do Acordo da Basileia, induziu as instituições financeiras a aplicar em títulos da dívida pública ao invés de aumentar o volume de crédito. Uma vez que, o primeiro era mais lucrativo e com risco nulo, além de não comprometer seu capital, já que o segundo possuía um risco de 100%; 3) finalmente, o problema de assimetria de informações, que faz com que o banco não consiga distinguir entre o bom e o mau pagador, levando os bancos não só a limitar a oferta de crédito, como também, a aumentar o *spread* como forma de compensar os riscos incorridos.

Com relação aos fatores macroeconômicos, destaca-se as incertezas do ambiente econômico, ocasionada pela instabilidade macroeconômica que acaba influenciando no índice das taxas de juros. Quanto mais instável a economia de um país, mais alto tende a ser o nível de taxa de juros, o que influencia nas despesas com inadimplência, afetando o *spread*.

No que diz respeito aos componentes do *spread* bancário brasileiro, o Banco Central vem divulgando, desde 1999, um levantamento do peso dos seus principais componentes (margem líquida dos bancos, despesas administrativas, impostos indiretos e diretos e despesas de inadimplência) na composição do *spread* bancário brasileiro. Dentre esses componentes, o que tem maior participação e, a princípio, a mais maleável é a inadimplência. Ela é o

resultado positivo do risco de crédito, isto é, a probabilidade de não pagamento do empréstimo concedido que possa estar relacionando as mudanças constantes na taxa de juros.

Segundo o Banco Central (1999),

Tudo indica que ocorre um efeito dominó que multiplica as conseqüências da inadimplência. Diante de uma inadimplência elevada, os bancos elevam as taxas de empréstimos e, portanto, o *spread* bancário. Em seguida, diante de taxas altas, os bons tomadores saem do mercado, ficando apenas os piores. Este fenômeno é conhecido como seleção adversa da clientela: o perfil dos tomadores piora, aumentando a fração de maus pagadores e, conseqüentemente, elevando ainda mais as taxas de inadimplência. Com taxas de inadimplência ainda maiores, o *spread* bancário cresce ainda mais e, conseqüentemente, há nova saída de bons pagadores agravando-se a seleção adversa. Segue-se novo aumento de inadimplência, de *spread* e assim sucessivamente. (BANCO CENTRAL, 1999, apêndice. P. 58 e 59).

De todo modo, o caminho para a redução do *spread* bancário e a expansão do mercado de crédito no Brasil é longo e cheio de obstáculos. Mas é importante que, ao menos, ele já esteja sendo percorrido e que, também, as dificuldades encontradas não impeçam o resultado esperado.

## REFERÊNCIAS

ALVES Jr, ANTONIO J.; CARVALHO, CARLOS E.; E STUDART. **Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente**. 2002.

Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Texto para Discussão n°. 882. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

ARONOVICH, S. **Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o spread bancário**. Revista Brasileira de Economia, vol. 48, n.1. 1994. Disponível em: <<http://epge.fgv.br>>. Acesso em 20 mai. 2007.

ARRUDA, C.; TELLO R.; ARAUJO, M. **Análise do relatório de competitividade de 2006–2007. do World Economic Fórum**. Disponível em: <[http://www.fdc.org.Br/parcerias/upload/outros/analise\\_global\\_competitiveness\\_report\\_2006\\_2007.pdf](http://www.fdc.org.Br/parcerias/upload/outros/analise_global_competitiveness_report_2006_2007.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. **Juros e Spread Bancário no Brasil**. 1999. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SPREADBR>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Juros e Spread Bancário no Brasil: Avaliação de 1 ano do Projeto**. 2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospreload112000.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Juros e Spread Bancário no Brasil: Avaliação de 2 anos do Projeto**. 2001. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospreload112001.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Juros e Spread Bancário no Brasil: Avaliação de 3 anos do Projeto**. 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospreload122002.pdf>> . Acesso em: 12 out. 2004.

\_\_\_\_\_. **Juros e Spread Bancário no Brasil: Avaliação de 4 anos do Projeto.** 2003.

Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/ftp/rel\\_economia\\_bancaria\\_credito.pdf](http://www.bcb.gov.br/ftp/rel_economia_bancaria_credito.pdf)> . Acesso em: 15 mar. 2007.

BARROS, José R. Mendonça; ALMEIDA JUNIOR, Mansueto Facundo. **A reestruturação do sistema financeiro no Brasil**, 1996.

BRAGA, M. **Algumas considerações teóricas e implicações decorrentes da relação contratual entre credor e devedor sob a hipótese de existência de assimetria de informação.** Texto para discussão. Série economia. 2000.

CANUTO, Otaviano. **Conjuntura Econômica, Economia Internacional e Economia Monetário-financeira.** *O Estado de São Paulo* em. São Paulo, 30 out. 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo214.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. **Economia monetária e financeira: teoria e política.** Rio de Janeiro: Campus, 2000. 454p.

\_\_\_\_\_. **Regulação prudencial na encruzilhada: depois de Basiléia II, o dilúvio?.** 2005. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/regulamentacao3.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

CERQUEIRA, Daniel R. C. **Créditos e Inadimplência no Sistema Financeiro Nacional: Evolução recente.** Brasília: IPEA, Boletim de Conjuntura nº. 42, 1998. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 mar 2007.

CORAZZA, Gentil. **Crise e reestruturação bancária no Brasil.** UFRGS, 2000.

DE PAULA, Luiz Fernando. **Determinantes Macroeconômicos do Spread Bancário no Brasil: Teoria e Evidência Recente.** (UERJ/CNPq). 2005. Disponível em:

<[http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2005/Luiz\\_Fernando\\_17\\_03\\_2005.pdf](http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2005/Luiz_Fernando_17_03_2005.pdf)>.

Acesso em: 15 mai 2007.

FAJARDO, José; FONSECA Marcelo. O Oligopólio Bancário Brasileiro. 16 nov. 2004. Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=162500>. Acesso em: 25 mai. 2007.

Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). **Os juros – mais altos do que todos gostariam**. 2003. Disponível em:

<<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Posicao25.asp>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. **Porque os juros são altos no Brasil**. 2003. Disponível em:

<<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/posicao26.asp>>. Acesso em: 14 abr 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mercado Aberto - BC já tem estudos prontos para baixar o compulsório**. São Paulo, 8 mai. 2007. Disponível em:

<<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=353046>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

FREITAS, Maria C. Penido. **Abertura do sistema bancário ao capital estrangeiro**, 1997 p. 101-173.

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social (IEDI). 2004a. **Spread no Brasil e no Mundo**. Carta nº. 100. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 16 mai 2007.

\_\_\_\_\_. 2004b. **Spread e taxas de juros no Brasil: Falsas e verdadeiras soluções**. Carta nº. 131. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 16 mai 2007.

MISHKIN, Frederic S. **Moeda, Bancos e Mercados Financeiros**. 5ª ed. Tradução de Christine Pinto Ferreira Studart. Revisão técnica de Rogério Studart. Rio de Janeiro: LTC, 1998. 474p.

PINHEIRO, Armando Castelar. **Uma agenda pós-liberal de desenvolvimento para o Brasil**. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 abr 2007.

REED, Edward W.; GILL, Edward K. **Bancos Comerciais e Múltiplos**. Tradução de Maria Claudia Santos Ribeiro Ratto. Revisão técnica de Roberto Luís Troster. São Paulo: Makron Books, 1994. 566 p

RELATÓRIO BANCÁRIO. **Entrevista Fábio com Barbosa, novo presidente da Febraban. 2007. Disponível em:**

<[http://www.relatoriobancario.com.br/noticias/noticias\\_entrevista\\_fabiobarbosa.html](http://www.relatoriobancario.com.br/noticias/noticias_entrevista_fabiobarbosa.html)>.

Acesso em: 25 jun. 2007.

RIBEIRO, Alex. **Falta de informação pesa mais no *spread* que concentração, diz estudo**.

Valor Econômico, 28 mai. 2007. Disponível em:

<<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=357146>>. Acesso em 12 jun.

2007.

SOARES, Ricardo Pereira. Evolução do Crédito de 1994 a 1999: **uma explicação**. Texto para discussão n°. 808. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). 2001. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

VELLOSO, Thiago. **Mantega: informação reduz *spread***. Valor Econômico, 21 mai. 2007.

**Disponível em:** <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=355711>>.

Acesso em: 10 jun. 2007.